

# Economia em Debate

## nº 280

(02/07/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **Levar conta salário para outras instituições ficou mais simples**

**O Estado de S. Paulo - 02/07/2018**

Uma nova regra do Conselho Monetário Nacional (CMN) que começou a vigorar ontem permite que os trabalhadores transfiram o pagamento da conta salário não apenas para contas de outros bancos, mas também para contas de startups financeiras, ou fintechs, e de outras empresas não bancárias. Para especialistas, a medida aprovada em fevereiro abre um leque de opções de serviços, taxas e empresas disponíveis para o empregado, já que a conta salário tem uma série de restrições.

Esse tipo de conta não tem custos, fica no banco escolhido pelo patrão e só ele pode fazer depósitos. Além disso, há limites de saque, horário, cheques e não é possível fazer compras online. Antes da nova regra, para fugir desses entraves na hora de mexer no próprio dinheiro, o trabalhador deveria ir até o banco escolhido pelo patrão para transferir o pagamento para uma conta corrente, operada também por um banco e sujeita a taxas.

Agora, ele também poderá levar seu salário, sem custo, para as contas de pagamento pré-paga, operadas por instituições não financeiras, como fintechs, instituições de pagamento e emissoras de cartões de crédito. Basta que o dinheiro caia nessa conta para que o empregado possa pagar contas, sacar sem limites de horário, fazer compras via aplicativos, até obter crédito e fazer investimentos.

Como ainda estão se consolidando no mercado, essas empresas, como Nubank, Mercado Pago e PayPal, por exemplo, costumam oferecer taxas mais baixas ou zero e serviços diferenciados.

O obstáculo das fintechs na hora de conquistar os clientes está em construir o grau de relacionamento e credibilidade dos bancos, que já estão há séculos no País, explica Claudio Felisoni, coordenador do Labfin da FIA

(Fundação Instituto de Administração). Esse histórico, na opinião dele, pesa na hora da escolha.

Além de dar ao empregado mais opções, a outra vantagem da nova norma do BC é que a mudança pode ser feita sem que a necessidade de se comunicar ao banco que hospeda a conta salário. As instituições conversam entre si. Na opinião de Renata Pedro, advogada da Proteste, a portabilidade já na instituição de destino, como acontece no caso da troca de operadoras de celular, protege o consumidor do “conto do gerente” e de promessas feitas só para não perder o cliente.

Mas os benefícios da nova regra do BC também podem vir acompanhados de algumas armadilhas, explica a advogada. Entre elas estão a venda casada de produtos e a oferta de uma cesta de produtos que não condiz com o perfil do

cliente. Também é preciso ficar atento a taxas mais baixas que só valem para os primeiros meses e depois ficam mais caras.

Na avaliação de Felisoni, essa migração não se dará da noite para o dia, mas vai gerar uma disputa entre as instituições capaz de pulverizar o setor financeiro no País, ainda concentrado em cinco grandes bancos. “Não acredito que eles vão dificultar operacionalmente, mas eles não vão abrir mão dessas contas de maneira pacífica e devem competir”, diz.

## **Bancos vão oferecer crédito pessoal como alternativa ao cheque especial**

**O Estado de S. Paulo - 02/07/2018**

As instituições financeiras vão passar a ofertar uma opção de crédito mais barata para o consumidor que gastar acima de 15% do limite da sua conta corrente por pelo menos 30 dias seguidos, além de tornarem mais clara a informação de quanto, de fato, o cliente tem na conta e qual é o limite de crédito ofertado.

Isso porque, a partir desta semana, começam a valer novas regras para o cheque especial, lançadas com o objetivo de reduzir os juros dessa que é atualmente a modalidade de crédito mais cara do sistema financeiro brasileiro.

Na média, os juros do cheque especial foram de 311,9% ao ano em maio – as mais altas taxas cobradas pelos bancos às pessoas físicas, segundo relatório divulgado pelo Banco Central (BC). Para efeito de comparação, a taxa média de juros no crédito livre, que deve ser o principal produto a substituir o limite da conta, ficou em 39,2% ao ano no mesmo mês, considerando todas as modalidades.

Dessa forma, uma dívida de R\$ 1 mil, contraída no cheque especial, sobe para R\$ 4.119,11 depois de 12 meses. Com a migração para um modelo de crédito pessoal, que não utilize recursos da poupança e do BNDES, essa dívida, após o mesmo período, ficaria em R\$ 1.392,07, de acordo com cálculos da economista e planejadora financeira Paula Sauer, da instituição Planejar.

Caixa Econômica Federal, Santander e Banco do Brasil informam que não lançarão linhas específicas de crédito para substituir o cheque especial. Esses bancos vão trabalhar com as opções que já são ofertadas hoje e a taxa a ser cobrada em substituição ao cheque especial vai depender do relacionamento que o correntista tiver com a instituição e do seu perfil e histórico de crédito. Bradesco e Itaú ainda não se pronunciaram sobre como as mudanças serão implementadas para seus clientes.

Segundo especialistas em finanças pessoais, a tendência é que as opções oferecidas pelos bancos sejam mais vantajosas para o cliente do que permanecer no uso do limite. As ofertas chegarão por contato telefônico, mensagem de SMS ou email. E o endividado não vai ser obrigado a aceitar a

nova opção de crédito. Se ele recusar a oferta, não poderá ser penalizado pela instituição. Cinco dias. A nova regra se aplica somente a dívidas superiores a R\$ 200. A oferta das opções mais vantajosas para pagamento do cheque especial deve ocorrer em até cinco dias úteis após os bancos constatarem que a dívida do cliente se enquadra nessa categoria.

Caso o consumidor não contrate uma dessas alternativas oferecidas pelos bancos, as instituições terão de reiterar as ofertas a cada 30 dias. Se ele optar por parcelar a dívida do cheque especial, os bancos terão a alternativa de manter ou não o limite de crédito dessa modalidade para o correntista.

Isso é o contrário do que acontece com as dívidas do cartão de crédito, por exemplo. Nesse caso, o consumidor que não se manifesta após receber o aviso do banco é incluído automaticamente na lista de devedores.

Dívida longa. A nova regra dos bancos tende a alongar o tempo em que o consumidor permanece endividado, na avaliação do especialista em crédito e professor da Saint Paul, Mauricio Godoi. “A inadimplência do cheque especial deve ser reduzida imediatamente, mas o grau de endividamento das famílias tende a permanecer o mesmo. (Com essa medida), a inadimplência de curtíssimo prazo é pulverizada em outras de prazo maior.”

Em um primeiro momento, essa alternativa pode ser benéfica para o devedor, por reduzir o comprometimento mensal do seu orçamento, pontua Godoi. Mas, na prática, especialistas afirmam que essa conta não é assim tão simples de ser feita.

“O cheque especial não pode ser visto separadamente pelo mercado. Quando um cliente entra no cheque especial, quer dizer que outras opções já ficaram pelo caminho”, analisa o diretor de crédito e recuperação para pessoas físicas do banco Santander, Cassio Schmitt.

## **Governo federal eleva repasses a municípios para custeio de investimentos, aponta CMN**

### **Valor Econômico - 02/07/2018**

Contrariando uma tendência de queda acentuada nos últimos três anos, as transferências federais para custear investimentos dos municípios registraram crescimento nos quatro primeiros meses deste ano.

Entre janeiro e abril, o governo federal repassou o total de R\$ 2,54 bilhões às prefeituras para investimento público, de acordo com dados compilados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O montante é 147% maior do que o valor desembolsado pela União no mesmo período do ano passado, mas quase 98% (R\$ 2,46 bilhões) do total transferido dos recursos são destinados ao pagamento de obras contratadas pelas

prefeituras em anos anteriores e que ainda não foram quitadas, informa a confederação.

Na esteira do ajuste fiscal promovido pela União, as transferências federais para custear investimentos dos municípios recuaram, no ano passado, a um nível inferior ao de 2007.

O volume de recursos repassados às prefeituras em 2017 para essa finalidade - R\$ 6,8 bilhões - foi 42,6% inferior ao registrado no ano anterior, conforme indica o levantamento realizado pela confederação.

Em termos anuais, a trajetória de queda vem se mantendo praticamente sem alteração desde 2012, quando o investimento municipal atingiu o patamar de 0,94% do Produto Interno Bruto (PIB). O ajuste fiscal promovido pela União somado à queda na arrecadação das prefeituras e nas transferências feitas por governos estaduais derrubou esse percentual para 0,34% em 2017.

"Saúde e assistência social são as áreas mais prejudicadas", afirma Paulo Ziulkoski, ex-presidente da CNM. Somente na área de educação, a redução anual média no montante de transferências destinadas a investimento foi de 27,8% nos últimos três anos. Pelas contas da entidade, há 2.150 obras de unidades básicas de saúde (postos de saúde) não concluídas no país.

Na visão de Ziulkoski, a tendência é de que as transferências da União para investimentos públicos municipais caiam no médio e longo prazos, como consequência da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos públicos.

"A emenda mais prejudica a política do que a economia. Sem reformas, os repasses de convênios [com os municípios] serão contidos", sustenta o economista José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV) e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

"Em termos agregados, o repasse efetivo é pouco, menos do que se arrecada de ITBI [Imposto de Transmissão de Bens Imóveis] municipal em todo país", compara o economista.

Nos últimos três anos, os investimentos municipais se tornaram mais dependentes de verbas federais. Se no período de 2001 a 2014 a participação federal nos investimentos das prefeituras foi de 20%, em média, nos três últimos anos esse percentual subiu para 28%. Isso não significa que a União tenha injetado mais recursos nos cofres municipais.

Na verdade, os repasses federais para investimento nos municípios minguaram entre 2015 e 2017. Passaram de 0,16% do Produto Interno Bruto para 0,10%. Mas os recursos vindos de outras fontes, como arrecadação tributária e transferências estaduais, caíram ainda mais no período, o que exacerbou a dependência dos municípios em relação ao governo federal.

"A fonte secou", resume o geógrafo e economista François Bremaeker, gestor do site Observatório de Informações Municipais. Para o consultor, o estímulo do governo federal aos investimentos das prefeituras durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff se traduz agora numa elevação dos gastos com o custeio dessa infraestrutura.

Entre 2007 e 2010, por exemplo, durante o segundo mandato de Lula, o investimento municipal chegou a representar 1,01% do PIB, maior percentual dos últimos 17 anos. "Quanto mais investe, mais a prefeitura tem necessidade de recursos para custeio", afirma Bremaeker.

Levando em consideração o efeito potencial multiplicador dos investimentos, a CNM estima que a contração dos repasses feitos pela União aos municípios tenha gerado perda estimada de R\$ 17,6 bilhões no PIB nos últimos três anos.

## **Greve dos caminhoneiros ainda segura produção e ameaça mercado de carros**

### **Valor Econômico - 02/07/2018**

Um mês depois do fim da greve dos caminhoneiros a indústria automobilística ainda sofre os efeitos da paralisação. O abastecimento das milhares de peças que compõem um veículo ainda é irregular, e as montadoras recorrem a horas extras na tentativa de recuperar a produção perdida.

O que mais preocupa os executivos, no entanto, é perceber que a greve antecipou um clima pessimista que emergiu de fatores macroeconômicos, que vão da expectativa de menor crescimento do PIB e mais pressão inflacionária a um câmbio que torna as importações mais caras. Esse clima sombrio provocou, ainda, queda de confiança do consumidor. Embora o setor continue em ritmo de recuperação da crise, o mercado que fabricantes de carros e caminhões encontraram depois da greve já não é o mesmo que embalava a produção antes de os caminhoneiros pararem o país.

Diante do novo cenário, a direção da General Motors alterou previsões de mercado. Reduziu de 2,70 milhões para 2,65 milhões de veículos a estimativa de vendas gerais no país. Não foram, porém, os impactos do desabastecimento provocado pela greve dos que levaram à revisão de volumes de vendas. Segundo o vice-presidente da GM Mercosul, Marcos Munhoz, o câmbio é "claramente o problema mais grave hoje". Diz que a desvalorização do real provoca pressão nos custos numa indústria que importa pelo menos 30% do material usado para fabricar os veículos.

Para Munhoz, a paralisação "agravou a pressão cambial", o que pode levar a uma necessidade de reajuste nos preços dos carros. Um executivo da indústria de autopeças diz, ainda, que a crise na economia argentina também começa a provocar impacto nas exportações para o mercado vizinho.

"Encontramos um mercado bem diferente depois da greve", afirma Marco Silva, presidente da Nissan do Brasil. Segundo ele, "uma avalanche" de notícias ruins no cenário econômico afetou a confiança da indústria e do consumidor. "Percebemos uma drástica redução no movimento de pessoas nas lojas", diz. A direção da Nissan também vai reduzir sua previsão de mercado este ano, segundo Silva. A empresa calculou um mercado de pelo menos 2,45 milhões de carros e comerciais leves, o que representaria crescimento de mais de 12% na comparação com 2017. "Achamos, agora, que o crescimento ficará em um dígito", diz Silva.

O presidente da Nissan também se queixa do corte de incentivos à exportação. Para cobrir perdas com a redução do preço do diesel e colocar fim à greve dos caminhoneiros o governo reduziu a alíquota do Reintegra, benefício federal que concede créditos tributários ao exportador.

Para o vice-presidente de vendas da Mercedes-Benz do Brasil, Roberto Leoncini, a greve dos caminhoneiros "descortinou" uma nova realidade. "Há clientes querendo alongar pagamentos e há incertezas em relação aos juros em razão de altas nos contratos futuros [no mercado financeiro]", afirma. "Na prática, os bancos trazem isso para o presente", completa.

Para Leoncini, não fosse a paralisação dos caminhoneiros, muito do clima de incertezas de hoje teria aparecido mais à frente, na véspera das eleições de outubro. "Mas logo após a greve voltaram notícias não agradáveis, como a revisão do PIB", destaca.

No segmento de caminhões, a demanda pelos chamados extrapesados começou bem antes da greve, estimulada, sobretudo, pelo agronegócio. Esse segmento continua com demanda aquecida. Mas na linha de caminhões mais leves, principalmente os destinados às entregas no varejo, o mercado piorou com a greve, segundo Leoncini.

A Mercedes enfrenta uma situação paradoxal. Se por um lado a demanda está fraca na linha leve, por outro é preciso acelerar a produção dos pesados para colocar as entregas em dia. Na fábrica em São Bernardo do Campo (SP), o trabalho não tem sido interrompido sequer durante os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo.

Empresa e empregados concordaram em fazer esforço adicional para recuperar a produção perdida não só durante a paralisação dos caminhoneiros como na greve dos trabalhadores da montadora, que começou alguns dias antes. Os sábados, em semanas alternadas, servem para a execução do trabalho extraordinário. "O mercado vinha forte; por isso, temos um atraso nas entregas", diz Leoncini.

Os desdobramentos da greve dos caminhoneiros interferem agora nas negociações para transportar até os próprios caminhões. O presidente da MAN Latin America, Roberto Cortes, diz que, devido ao impasse em torno do tabelamento do frete, a empresa tem enfrentado dificuldades para negociar o

transporte dos caminhões que saem da fábrica, em Resende (RJ) para as concessionárias. Na semana passada, uma nova reunião organizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) terminou sem acordo para ajustar a tabela. Segundo o executivo, o problema afeta também o transporte de peças para a linha de produção.

Altamente dependente de fornecedores, a MAN, que produz os caminhões e ônibus Volkswagen, também acelera o trabalho para compensar o tempo perdido. Mas enfrenta dificuldades na parte logística. "A paralisação desestruturou a cadência da nossa indústria", afirma Cortes. Segundo o executivo, durante a paralisação, a MAN deixou de produzir mil veículos - 700 destinados ao mercado interno e os 300 restantes à exportação.

Mesmo com uma hora extra por dia e trabalho em alguns sábados, o executivo estima que a MAN levará três meses para recuperar a produção perdida. Cortes não alterou a previsão de crescimento de 35% no mercado de caminhões este ano porque conta com a demanda reprimida durante a crise. Mas, diz, a expansão poderia superar expectativas não fosse a mudança de cenário que surgiu na esteira da greve dos caminhoneiros.

## **Desemprego aumenta número de jovens que moram com os pais**

**Valor Econômico - 02/07/2018**

A tendência de postergar a saída da casa dos pais, a chamada "geração canguru", continuou avançando no país e atingiu seu maior nível no ano passado. De acordo com levantamento da consultoria IDados, a proporção das pessoas de 25 a 34 anos que moram com os pais cresceu de 27,7% em 2016 para 28,5%, para a 9,03 milhões de pessoas. São 125 mil pessoas a mais.

Os números foram levantados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uma antiga pesquisa do órgão, com diferenças de amostra da atual, apontou que o indicador era de 20% em 2002.

Segundo especialistas, o elevado nível de desemprego do país e o crescimento da informalidade podem ter incentivado ainda mais a permanência ou retorno de filhos à casa dos pais, ainda que o fator financeiro nunca tenha sido a explicação principal para o prolongamento dessa presença de jovens adultos no "ninho" familiar.

De acordo com os dados do levantamento, o nível de ocupação - proporção de empregados em relação à população - desse grupo etário que viva na casa dos pais piorou recentemente: era 67% no ano passado, abaixo do registrado em 2015 (71,7%), quando a crise ainda tinha pouco impacto sobre o mercado de trabalho brasileiro.



Para a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ana Amélia Camarano, a crise provavelmente estimulou o movimento chamado "iô-iô", uma das facetas da "geração canguru". São os jovens que saem da casa dos pais e acabam retornando a ela.

"É claro que o que estamos vivendo afeta quem tem menos experiência de mercado de trabalho, embora essas pessoas tenham em geral mais anos de estudo. Os dados, como são um retrato do momento, não detalham o movimento específico do iô-iô, mas sabemos que existe e está dentro da geração canguru", disse a pesquisadora.

O prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos é um fenômeno que ocorre também em outros países e tem diferentes origens e explicações, como a necessidade de dedicar mais tempo aos estudos, custos habitacionais elevados nas grandes cidades, casamento e maternidade mais tardios.

De acordo com o IDados, a "geração canguru" é composta majoritariamente por homens (56%), proporção superior à representação deles no total da população (48,5%). São pessoas que tendem a ter nível de escolaridade mais alta: 37% completaram o ensino médio e outros 37% têm superior incompleto ou completo. Parte tem independência financeira, parte não.

Para Guilherme Hirata, pesquisador do IDados, os indicadores sugerem que a opção de permanecer na casa dos pais pode estar associada com o prolongamento dos estudos, diante da exigência cada vez maior do mercado de trabalho por profissionais qualificados.

"A primeira coisa que os números sugerem é que são pessoas que estão estudando por mais tempo. Elas abdicam de renda hoje para ter mais renda no futuro. As pessoas têm casado também mais tarde, o que pode influenciar esse tipo de decisão", disse ele.

Marcos de Lázaro tem 29 anos e mora na casa da mãe em Niterói, município da região metropolitana do Rio. Mestre em geografia pela Universidade Federal Fluminense, está concluindo o primeiro ano de doutorado.

"Quem quer seguir carreira acadêmica na minha área precisa desse suporte familiar, porque exige muitos anos de estudo e as bolsas oferecidas não são suficientes para se manter", disse Marcos, acrescentando que a bolsa está em torno de R\$ 2,2 mil mensais, o que permite ajudar com despesas em casa.

Sua intenção é fazer um doutorado-sanduiche na França, o que pode levá-lo a morar sozinho por nove meses. "O que pretendo seguir profissionalmente depois é uma incógnita. Eu gosto da área acadêmica, mas existe esse contexto da crise. Os concursos para professores estão minguando", acrescentou.

Boa parte dessa geração está atualmente inserida no mercado. Dos 9 milhões de pessoas de 25 a 34 anos que moram na casa dos pais, 7,4 milhões (82%)

integram a força de trabalho do país. Conforme o levantamento da consultoria IDados, a maior parcela (67%) desse grupo está atualmente empregada.

É o caso de Rafael Bordalo, de 31 anos. Formado em direito em 2014 e pósgraduado, ele abriu com sócios um escritório que atende a condomínios, empresas e famílias. Sua renda é suficiente para morar sozinho, mas pretende se estabelecer financeiramente antes de sair de casa.

"Eu prefiro ter uma base mais sólida, uma coisa já minha, antes de sair de casa. Não quero trabalhar como celetista. Estou seguindo nessa área agora e quero investir em outros ramos, como na área de serviços alimentícios", disse o advogado.

Rafael, que mora no bairro da Freguesia, na zona oeste do Rio, diz que seus pais o incentivam profissionalmente e que a relação dentro de casa é "mais do que tranquila". Apesar disso, estabeleceu como objetivo sair da casa dos pais dentro de um a dois anos.

"Sem esse apoio, meu caminho profissional seria mais difícil. Começar do zero é mais difícil", disse ele, que esporadicamente contribui para cobrir algum gastos dentro de casa, quando é necessário. "Claro que se tivesse tido filho, por exemplo, teria outra questão para focar e seria uma trajetória diferente."

Segundo a filósofa Tânia Zagury, professora de psicologia da educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora do livro "Encurtando a Adolescência", o adiamento da saída das casa dos pais - ou retorno ao ninho - também tem relação com fatores geracionais.

Tânia diz que os pais da geração canguru são pessoas que foram adolescentes nos anos 60 e 70, quando as liberdades eram menores, inclusive sexual. Muitos desses pais tiveram que sair de casa cedo para conquistar essa liberdade.

"A geração que conquistou essa liberdade a conferiu de mão beijada para seus filhos. Ela não repetiu o modelo, prefere que o filho durma com a namorada em casa. Não apressa a saída dos filhos, pelo contrário, estimula que estudem mais, façam mestrado, doutorado", disse.

Parte dos especialistas costuma também apontar um cunho psicológico para essa tendência de permanecer na casa dos pais, um comportamento relacionado à uma dependência emocional e a acomodação ao padrão de vida dos pais, por exemplo.

## **Relator da MP 832 propõe "custo mínimo" do frete** **Valor Econômico - 02/07/2018**

Com a sinalização do STF de que levará pelo menos dois meses para começar a decidir sobre a possível inconstitucionalidade do tabelamento de frete mínimo, o relator da MP 832 na comissão especial do Congresso, deputado

Osmar Terra (MDB-RS), vai propor em seu parecer a criação do que chama de "custo mínimo" para o frete rodoviário de cargas, em substituição ao conceito de "preço mínimo".

Mais próximo do valor de mercado praticado nos contratos de fretes antes da publicação da MP em 27 de maio, o "custo mínimo" serviria para cobrir custos variáveis dos motoristas, como gastos com combustíveis, lubrificantes, reparo de pneus e depreciação do veículo, por exemplo. No entanto, a exemplo do preço mínimo, esse novo conceito de valor mínimo também seria obrigatório e definido pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT).

A ideia de Terra é tentar minimizar divergências entre empresas que contratam frete e caminhoneiros em torno da tabela, para garantir a aprovação acelerada da MP ainda neste mês, antes de o Congresso entrar em recesso. A ideia do deputado, alinhado ao governo e ao movimento dos caminhoneiros, é apresentar o relatório e colocá-lo em votação amanhã, para que o plenário da Câmara o aprove na quarta. A partir daí, ele poderia ser aprovado no plenário do Senado em uma semana.

"Estou cada vez mais convencido que temos que ter um custo mínimo para o caminhoneiro sair de casa, não tem como obrigar ele viajar abaixo do custo", disse Terra. "Mas isso não impede que as leis de mercado atuem para se chegar num valor de frete ideal, e não é a nossa lei que vai regular isso. A lei vai dar base para discutir o valor, mas o custo real do frete vai ser um equilíbrio entre um valor mínimo e o seu ganho."

Segundo Terra, os caminhoneiros entenderam que a tabela de preços mínimos para o frete publicada pela ANTT trouxe valores muito altos que garantem, na prática, um lucro fixo para o motorista. Mas, para ele, o tabelamento também incentiva transportadoras a ampliar frotas e a contratar cada vez menos autônomos. Portanto, entidades de caminhoneiros foram convencidas de que a tabela poderia prejudicar o mercado.

"Em três meses, já conseguimos conquistar mudanças e avanços no transporte de cargas que não aconteceram em 30 anos. O problema é que já trabalhamos abaixo do custo e isso não está trazendo resultado para nós", diz Ariovaldo de Almeida Júnior, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Ourinhos-SP (Sindicam), que é favorável ao conceito de custo mínimo.

Críticos do tabelamento de fretes rodoviários, setores do governo e até alas do setor do agronegócio que entraram com liminares na Justiça contra a MP já demonstram simpatia à ideia do custo mínimo. "Se buscar uma alternativa por esse lado dá para andar. O que não dá é incluir margem de lucro e frete de retorno em cima do valor mínimo", diz fonte do governo.

André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), reforça que a entidade se posiciona contra a tabela, mas reconhece que a votação da MP ganhou força com a decisão do ministro Luiz

Fux, do STF, de só analisar as liminares após audiência pública marcada para 27 de agosto.

## **Guedes planeja aprofundar teto de gastos e privatizar Valor Econômico - 02/07/2018**

Cortar despesas é o ponto central do programa de Paulo Guedes, economista que auxilia Jair Bolsonaro (PSL) na disputa pela Presidência. "Meu diagnóstico é o seguinte: gasto público, gasto público, gasto público; reforma fiscal, reforma fiscal, reforma fiscal."

Sua defesa do teto constitucional de gastos estabelecido no governo Temer é radical. "Gosto e tem que aprofundar", afirma. Ele demonstra incômodo também com o gasto com juros. " Eu estou botando teto em todas as minhas despesas. Financeiro também. Não quero gastar mais que R\$ 300 bilhões", afirma.

Na Previdência, defende um modelo de capitalização, que conviveria com o da repartição, já ajustado por regras de aposentadoria mais duras. Não detalha como financeira a transição de sistema. Diz apenas que o segurado com menos de 20 anos poderia optar entre os dois modelos.

Apresentado em eventos partidários como ministro da Fazenda de Bolsonaro, Guedes reconhece que tem divergências com o chefe. Eles discordam sobre o alcance das privatizações, a imposição de restrições a investimentos estrangeiros, sobretudo da China e sobre a pactuação de alianças com o chamado "Centro" depois da eleição.

A seguir, os principais trechos da entrevista de duas horas e meia ao Valor:

### **Valor: Há rumores de ruídos entre o senhor e Bolsonaro.**

Paulo Guedes: Eu diria que a característica da nossa conversa é a franqueza absoluta. Ele é uma pessoa muito franca. Eu também. Então em vários momentos ele vira e fala: "Paulo, pode ser até que isso aí seja importante, mas tem de ver se o Congresso aprova". É interessante, porque vocês podem ter a leitura construtiva ou a ruim. A construtiva é: estão com medo de um democrata? O sujeito diz: "Será que o Congresso aprova?". Ou a negativa, que diz: "Ei, vocês estão se desentendendo". Eu, economista, tenho um diagnóstico. Acho que as reformas têm que vir. Ele está cada vez mais se informando da urgência dessa agenda. Previdência, tributária, reforma fiscal. E tem, realmente, considerações de parte a parte. "Olha, não é do jeito que economista imagina, mundo ideal de fazer tudo; tem o Congresso." Eu falo: "Claro, claro. Mas também não é do jeito que o político imagina, que vai continuar postergando ajustes inadiáveis". Não houve mal estar. Há franqueza.

**Valor: Qual é seu envolvimento?**

Guedes: Ele sabe o seguinte: quanto mais próximo estiver do programa liberal-democrata de verdade, mais provável é o meu envolvimento total. Quanto mais longe estiver, menos provável.

**Valor: Qual é a proximidade?**

Guedes: Eu, sinceramente, não sei. Temos uma conversa franca.

**Valor: O senhor tem dito a ele que a prioridade do país deveria ser qual na área econômica?**

Guedes: As medidas têm de refletir um diagnóstico. Eu vi o Brasil estagnar, degenerar em termos de corromper um regime democrático. Então, meu diagnóstico é o seguinte: gasto público, gasto público, gasto público; reforma fiscal, reforma fiscal, reforma fiscal.

**Valor: Esse diagnóstico, de que a solução passa por um ajuste rigoroso, pressupõe embate com as corporações. Como isso se coaduna com as corporações que apoiam Bolsonaro? Polícias? Militares?**

Guedes: Excelente questão. Foi isso que afetou o ajuste do Temer. Um ajuste que iria ser de R\$ 800 bilhões, depois do filtro caiu para R\$ 400 bilhões. Mas nem os R\$ 400 bilhões aprovaram.

**Valor: O senhor me desculpe, mas a pergunta foi sobre Bolsonaro.**

Guedes: É evidente que ele, como deputado, num país saqueado, ele achava que o mandato dele era proteger quem deu os votos para ele. É na-tu-ral. Eu não digo que é certo. É compreensível. Como é compreensível que o Fernando Henrique tenha dado prioridade à sua reeleição, não à reforma da Previdência. Como é compreensível que o Temer tenha dado prioridade à blindagem, e não à Previdência. Agora, na hora que receber o mandato presidencial, tem que mudar. Aí você fala: "Como é que vai ser feito isso?"

**Valor: Como? A questão da Previdência, por exemplo?**

Guedes: Eu estou estudando Previdência com dois sistemas. Um é esse que está aí, o de repartição. Quem já está nesse avião segue a vida. Eu não quero adiar o combate frontal ao principal problema, que é o descontrole dos gastos públicos. O Tancredo [Neves], quando entrou, falou assim: "É proibido gastar". Houve redemocratização e essa foi a primeira orientação do presidente. Por quê? Porque o Tancredo viveu o caos inflacionário, viveu desestabilização política.

**Valor: Mas o senhor estava falando da Previdência...**

Guedes: Isso. Em vez de enfrentar os gastos públicos lá atrás e fazer um combate à inflação curto, intenso, mesmo que houvesse algum custo, fizemos o programa de estabilização mais longo da história. E fomos achando tudo na base da tentativa e erro. Levamos oito anos para descobrir a força da política monetária, do Cruzado ao Real. Aí levamos 12 anos para descobrir que câmbio era ferramenta importante. Aí você chega assim: "E na Previdência?". Você não pode condenar gerações futuras a entrar no mesmo avião, que está com problemas e que está descendo.

**Valor: E quem está no avião?**

Guedes: Segue no avião.

**Valor: Mas se é repartição, esse passageiro depende de quem entra [no sistema]. Como fazer?**

Guedes: Quer dizer que você é a favor que seu filho entre num avião que vai cair? Para você pular de paraquedas? Quem diz que é inexequível fazer a transição para capitalização está defendendo o seguinte: seu filho deve entrar no mesmo avião que você está para que você possa pular de paraquedas; se seu filho entra, você ganha a sua aposentadoria, mesmo que você o condene à queda.

**Valor: Qual é a sua proposta de transição para um novo sistema?**

Guedes: Gente, pelo amor de Deus... Volte para [a discussão] gasto público. Previdência é uma dimensão das três que a gente tem de atacar frontalmente. Eu quero dar a visão maior. Você só chega na Previdência se você pensar no gasto. Você tem de começar pelo teto. Desculpe. Começar pelo teto.

**Valor: A questão da Previdência é simples: Existe ou não uma proposta e que proposta é essa?**

Guedes: Existe uma proposta. A Previdência vai ter um novo regime trabalhista e previdenciário e o antigo regime. Um liberal democrata tem o direito de dizer: "Escolha". Opcional.

**Valor: Como é que se banca esse custo de transição?**

Guedes: Primeiro eu queria que, moralmente, você me respondesse: Você é a favor de botar seus filhos num regime que existe para nós? Ou você acha que nós devemos assumir essa responsabilidade sobre o que fizemos? O sistema já quebrou. Vamos para a nova Previdência. Choque de emprego, porque não vai ter encargo trabalhista. Serão 2, 3, 4 milhões de empregos gerados para jovens até 20 anos. Se tem 20, nunca votou. Então esse jovem merece chance. Até 20 anos o cara merece escolher em que regime vai entrar.

**Valor: O que o senhor fará com o trabalhador do setor público ou privado que tiver 30 anos de contribuição e 50 anos de idade?**

Guedes: Reparametrização. O que está sendo estudado aí? Tem alguém dizendo algo diferente?

**Valor: O senhor já falou em usar privatizações para constituir um fundo para bancar uma transição.**

Guedes: É um caminho possível. Está sendo estudado. O importante é que estamos de olho em bombas do sistema atual. Tem de ser reparametrizado. A primeira é a da idade. Alguém discorda? Aí tem uma segunda bomba: essa já explodiu, condenou 50 milhões à informalidade. São os encargos altíssimos. Se o candidato para quem eu estou fazendo o programa não fosse nesse direção, perguntaria eu para vocês: Estaria eu lá? Bolsonaro é um cara inteligente.

"Por que a social democracia, que fez coisas bonitas, se perdeu? Resposta: Descontrole dos gastos públicos"

**Valor: Ele sempre foi um deputado federal que nadou contra a corrente. O senhor acha que ele terá capacidade de agregar apoios?**

Guedes: A resposta dele é a seguinte: "Eu poderia ter a governabilidade que o Temer tem, que essa turma tem; estaria hoje na cadeia. Quer assim ou quer um modelo diferente de governabilidade?". Para mim tem outra configuração. Sabe o que é, gente? É o seguinte: esse cara vai ganhar a eleição. Ele está vindo aí. Eu estou contra essa interpretação simplista, carbonária e sectária que é o seguinte: "O Brasil vai explodir se um tucano não ganhar", "Ou Alckmin ganha ou será o caos", "Ciro e o Bolsonaro são o caos". Acho isso um desserviço.

**Valor: Vamos discutir programa.**

Guedes: Certo, certo. Por que o Brasil se perdeu? Por que a social democracia, que fez coisas bonitas, como incluir os pobres, redemocratizar o país, por que se perdeu? Resposta: Descontrole dos gastos públicos. Então como vai ser o programa? Tem de aprofundar, você não pode ceder nenhum território conquistado. Oito anos entre o Cruzado e o Real para descobrir a política monetária; 12 anos para descobrir a importância do câmbio flutuante; 14 anos até a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja: um troço que deveria ter sido feito de uma vez só levou 14 anos. E vocês querem que em seis meses o Bolsonaro vire um economista?

**Valor: Ele pode não ter virado um economista, mas político o senhor já virou.**

Guedes: Você perguntou se tem proposta da Previdência, eu disse que tem. Um regime novo, trabalhista e previdenciário, onde não tem encargo trabalhista, e choque de empregabilidade.

**Valor: O senhor gosta do teto?**

Guedes: O Ciro [Gomes] disse que não gosta do teto. O [Eduardo] Giannetti e o André Lara [assessores de Marina Silva] disseram que não gostam. Eu gosto. E acho que tem de aprofundar. É mais sério do que isso. Quando você bota teto e não ataca as despesas, o teto cai.

**Valor: O país tem 90% das despesas, hoje, que são rígidas.**

Guedes: Não são 90%. Serão 98% em 2022. É menos de 90% hoje, uns 80%. São bastante altas.

**Valor: O gasto discricionário, que pode cortar, é pequeno. Como faz?**

Guedes: Tem R\$ 300 bilhões de discricionários. São R\$ 35 bilhões de isenções fiscais, mais R\$ 20 bilhões de não sei do quê... Olhei o seguinte: você tem de gerar 2,5% no primeiro ano, mais 2,5% no segundo ano. Sai do déficit e depois gera um pequeno superávit. Para poder pelo menos tentar pagar as despesas financeiras. É difícil? É. Mas é evidente que há espaço.

**Valor: O senhor está falando do primário ou do operacional?**

Guedes: Do primário. Você tem de abrir espaço no primário. Aí você fala: "Não tem como, porque tem isso, aquilo". Isso quer dizer que você está chegando nos [gastos] obrigatórios. Não é isso? Quero falar das três maiores despesas. A maior de todas: juros...

**Valor: Aí é despesa financeira.**

Guedes: Vou acelerar as privatizações. Por isso que eu falei nessa primeira. Só porque é a maior. Aí todo mundo diz: "Pô, o cara quer privatizar aceleradamente, quer vender os talheres". Quando a Petrobras vende um ativo para reduzir dívida, todo mundo aplaude. É claro que considero um crime esse negócio de política monetária superapertada, fiscal frouxo e gerar esse negócio de R\$ 4 trilhões de dívida. Por isso que atirei primeiro nas privatizações aceleradas. Não é porque eu quero mexer no operacional, no primário. Você não falou de teto? Eu estou botando teto em todas as minhas despesas. Financeiro também. Não quero gastar mais que R\$ 300 bilhões. Acho uma indecência gastar mais do que R\$ 300 bilhões com juros. Então é o seguinte: vou privatizar para mudar a estrutura de passivo.

**Valor: Você chegou a falar em R\$ 700 bilhões [de recursos a serem arrecadados com privatizações]. Depois falou em R\$ 500 bilhões.**



Guedes: Eu pedi a dois grupos diferentes para estudar. Um falou algo entre R\$ 600 bilhões e R\$ 800 bilhões, valor médio de R\$ 700 bilhões; e o outro me falou entre R\$ 700 bilhões e R\$ 900 bilhões. Foram dois trabalhos diferentes.

**Valor: E a despesa com pessoal?**

Guedes: Você vai ter de chegar lá. Tem coisas que são óbvias para mim, e que são delicadas politicamente. Quando um governo assume, ele tem dois discursos, né? Um discurso possível é: "Está tudo bem, tudo beleza, vamos em frente". O outro é entrar em um território complexo. O outro é o seguinte: "Senhores, por que duplas indexações?". Tem gente indexada em salário, salário indexado em inflação, depois aposentadoria indexada em salário mínimo. Por que isso? Tem que completar a transição. Abrimos o sistema político, mas não fizemos a descentralização dos recursos. Trabalhamos contra a orientação dos constituintes.

**Valor: Então vem aí uma revisão geral da Constituição?**

Guedes: Não. Não. É um programa de uma aliança de centro-direita liberal democrática. Tivemos 30 anos de social democracia. FHC criou impostos não compartilhados. Nós vamos descentralizar.

**Valor: Já há um déficit público enorme com o recurso centralizado. Descentralizando, como é que fica?**

Guedes: Então fique no erro. Mantenha tudo centralizado porque o déficit é grande. Mantenha a previdência antiga. Fique com a democracia corrompida, a economia estagnada. Entendeu?

**Valor: O que eu quero entender é qual a sua proposta para descentralizar e dar conta do déficit.**

Guedes: Começou a entender o porquê de uma privatização acelerada? Na hora que faço isso, começo a reduzir a despesa de juros, começo a entender porque é que tem que ter o controle de teto de gasto. Estou conversando com o Mansueto [Almeida, secretário do Tesouro], com todo mundo. Olha aqui [tira um papel do bolso]: "Questões prementes para o primeiro ano do governo. Reforma da Previdência. Privatização da Eletrobras. Fim do abono salarial. Cessão onerosa. Regra para conter a expansão do Benefício de Prestação Continuada. Toda a agenda micro que está andando na Câmara". Nós não vamos jogar nada disso fora.

**Valor: Aí o seu candidato diz assim: "Tem país que está comprando terras no Brasil. Não podemos entregar nossas riquezas minerais, nossas terras, nossas linhas de transmissão, nossas hidrelétricas..."**

Guedes: Perfeitamente. Está ótimo. O que quer dizer isso? Tem um sujeito falando, com essa opinião, e tem um cara que está fazendo o programa econômico, que não pensa isso aí.

**Valor: Mas o sujeito é o Bolsonaro, o seu candidato a presidente.**

Guedes: O que você quer que eu faça a respeito? Desculpe. Se ele andar 30% na direção daqui, vamos conversando, vamos andando.

**Valor: Com essa divergência, acha que Bolsonaro é o mais preparado para aplicar este programa?**

Guedes: Acho o seguinte: ele está bem à frente desses todos. É bem mais decidido. Ele não veste jaqueta, tira jaqueta. É difícil convencê-lo. Mas convenceu, está dentro.

**Valor: O investidor chinês que quer empreender em linha de transmissão não pode ficar em dúvida?**

Guedes: A dúvida é natural. Relaxa e pensa: E se eu falar para ele [Bolsonaro] que do jeito que está vai ter apagão? Ele vai escolher.

**Valor: Como ele vai governar?**

Guedes: Ele já tem 87 congressistas. Tem mais apoio individual do que qualquer força.

**Valor: O senhor tem o mapa?**

Guedes: Não, porque não me meto em política. Mas o deputado Onyx Lorenzoni [DEM-RS, coordenador informal de Bolsonaro] tem. Até o fim de julho terá 120 nomes. Não estou falando ainda do acordo de centro-direita em torno de um programa liberal. Não sou aventureiro. Esqueçam este negócio de golpe. Ele será um presidente que se propõe a cortar poderes. Quem vai dar governabilidade é o prefeito que vai receber o dinheiro que é do seu município, sem precisar se corromper.

**Valor: Como o senhor conheceu o Bolsonaro? Quem apresentou?**

Guedes: Eu havia escrito um artigo em que dizia que o centro não tinha como se consolidar. Aí recebi três ou quatro convites para falar com ele. Não era ele indo atrás de mim, eram pessoas. Um deles era um empresário que morava lá fora. A família dele vai votar no Bolsonaro. Eu falei que não ia marcar quatro reuniões. Desmarca três, marca uma, a que tiver menos intermediários. Era a do cara que mora lá fora. Escolhi a mais simples. Eu fui lá, estava ele [Bolsonaro], os filhos e dois ou três da equipe dele. E a conversa foi direta. Nós temos tido duas reuniões por mês. Em seis meses, foram 12 reuniões.

**Valor: Bolsonaro comprou a ideia da privatização?**

Guedes: Eletrobras ainda não. Mas ele já falou: "Fecha um terço das estatais. As que foram criadas pelo PT, fecha logo, tudo aparelhado. Outro terço pode

privatizar. E o outro terço eu quero pensar". Se o terço dele for as grandes, não adianta, porque quero reduzir dívida. Preciso das grandes.

**Valor: Qual era a visão que o senhor tinha do Bolsonaro antes?**

Guedes: Eu não tinha uma visão prévia, como não tenho de 80% dos congressistas brasileiros..

**Valor: Se o senhor sentir que Bolsonaro tem proposta que não represente compromisso com a democracia, o senhor se afasta?**

Guedes: Seguramente. Não acredito que ele seja capaz de dar passo nessa direção. Posso estar errado.

**Valor: E a ideia é manter a carga tributária ou reduzir?**

Guedes: Reduzir, reduzir.

**Valor: Há espaço fiscal?**

Guedes: Não agora. Mas tem que ir para 20% [do PIB], no máximo. A carga tributária foi de 20% para 38%, 36%. O ideal é, em quatro a cinco governos, voltar para 20%. Você consegue recuar em 2%, 2,5% [do PIB] em um governo.

**Valor: Qual seria a reforma política de um governo Bolsonaro?**

Guedes: Não acho que a política corroe a democracia. O modelo econômico é que destróçou tudo. Só precisa de uma ou duas cláusulas. Primeiro, a de desempenho. Não pode ter 35, 40 partidos. A segunda cláusula é a de votação em bloco. Vamos trocar a votação mercenária, compra de voto no varejo, por uma sustentação orgânica.

**Valor: Mas já tem isso. É o fechamento de questão.**

Guedes: Mas tem que usar. Situação que bota em risco as finanças do país? Votação em bloco com fidelidade partidária. Alguém aperta algum botão, pode ser o presidente do Congresso ou o da República, e diz: "Olha, tô mandando uma matéria super importante". Aí aperta o botão e, plim, é cláusula de fidelidade programática. Aí você não precisa comprar ninguém. É libertação da classe política.

## **Mercado inicia 2º semestre sob forte incerteza**

**Valor Econômico - 02/07/2018**

O que era para ser um ano de recuperação no ambiente de negócios do país se consolidou como um momento de enormes desafios e testes de força para os ativos locais. Os mercados chegam ao segundo semestre dominados pela leitura de risco contra emergentes, em meio a aperto monetário nas economias

desenvolvidas. A pouco mais de três meses das eleições, os investidores seguem sem visibilidade em relação às principais candidaturas à Presidência.

Esse enredo de risco fez com que os mercados de câmbio, juros e bolsa oscilassem de abril a junho de forma simétrica. No caso da bolsa, a última semana do mês recém-encerrado foi marcada por uma breve recuperação, e o índice subiu 3% depois de seis semanas seguidas acumulando quedas.

Em junho, o Ibovespa acumulou perdas de 5,20%; na primeira metade do ano, a queda foi de 4,76%. É no resultado do segundo trimestre, no entanto, que fica mais visível o tamanho do tombo, com o crescimento da aversão ao risco: o Ibovespa caiu 14,8% no período, mais do que anulando a alta de 11,7% dos primeiros três meses do ano.

Jorge Mariscal, diretor de investimento de mercados emergentes do UBS, lembra que já houve piora nas projeções econômicas do país para 2018 - a instituição cortou a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 2,2% para 1,8%. Além disso, mais do que a incerteza, o mercado vem sendo bombardeado por leituras até mais pessimistas sobre o que vem pela frente.

"O desfecho da eleição presidencial parece agora menos favorável do que há alguns meses", diz ele, ressaltando que as chances de um candidato "verdadeiramente reformista" chegar ao segundo turno são, hoje, menores do que foram no passado.

O cenário base do UBS considera 60% de chances de um "semi-reformista" - alguém sem uma convicção forte quanto à necessidade das reformas econômicas - vencer as eleições. Já as chances de um candidato "anti-reformista" chegar ao segundo turno também aumentaram.

No caso do dólar, a dinâmica foi muito semelhante à da bolsa, mas deixa ainda mais evidente a fragilidade do Brasil neste momento. De abril para cá, a cotação da divisa americana subiu 17,36%, para R\$ 3,8766, registrando o salto trimestral mais acentuado desde o terceiro trimestre 2015. O avanço só não foi mais acentuado por causa da intervenção agressiva, de US\$ 43 bilhões, do Banco Central (BC) com a oferta líquida de swap cambial desde meados de maio. O impacto na cotação se concentrou em junho, que reuniu 68% do volume de operações do BC. No mês, a alta do dólar foi de 3,77%, após avanços seguidos de 6% nos dois meses anteriores.

A atuação do Tesouro Nacional também se fez necessária nesse período, com a recompra líquida de R\$ 19,1 bilhões em NTN-F, NTN-B e LTN. E as operações extraordinárias de compra e venda de papéis continuam nesta semana, enquanto o BC já anunciou o início da rolagem de US\$ 14,023 destes derivativos, evitando queda do estoque.

O mercado de juros futuros enfrentou momentos de disfuncionalidade, com a disparada das taxas. Os novos patamares do dólar culminaram na quebra de

expectativa do mercado quando, em maio, o BC interrompeu o ciclo de corte dos juros e manteve a Selic em 6,5%, trazendo instabilidade adicional para os ativos financeiros. Junto a isso, pesou a greve dos caminhoneiros, que trouxe incerteza sobre o ritmo da atividade e o efeito que teria na inflação.

Para Emy Shayo, estrategista-chefe do J.P. Morgan na América Latina e no Brasil, a greve dos caminhoneiros antecipou a atenção que os investidores estrangeiros dão às eleições. Assim como Mariscal, ela também ressalta o corte nas projeções de crescimento econômico do país como fator de estresse para os mercados. O time de economia do J.P. Morgan já revisou a estimativa de expansão do PIB em 2018 de 2,4% para 1,2%.

"Do lado de equities [ações], isso deve acabar se refletindo numa queda de previsão de lucros, que era o motor principal do otimismo com o Brasil neste ano", diz Shayo.

Algo que entra no caminho da análise de preços das ações é o nível dos juros no Brasil, principalmente os de longo prazo. Embora as taxas tenham passado por alívio nas duas últimas semanas, as perspectivas para a segunda metade do ano não são as mais animadoras. A taxa do DI para janeiro de 2020 saltou de 7% no começo de abril para o pico de 9,46% em 14 de junho, mas voltou agora para 8,32%.

"Achamos que a curva continuará premiada. O BC não deu sinais [nas comunicações recentes] de que há alta de juros iminente, pelo contrário, sinaliza manutenção da Selic na próxima reunião do Copom [Comitê de Política Monetária]. Mas as incertezas ainda são maiores", afirma Mariana Dreux, gestora da Truxt Investimentos. "Não sabemos onde o mercado externo vai parar e o local começa a negociar com base no cenário eleitoral brasileiro, que não é dos mais favoráveis."

O sinal do dólar por aqui tem papel central nos preços. Uma possível alta na moeda americana poderia contaminar as expectativas de inflação e levar o Banco Central a elevar a taxa básica de juros, na avaliação de Dreux.

O gestor de renda fixa da Franklin Templeton, Rodrigo Borges, acredita que a autoridade monetária conseguiu fazer o mercado olhar menos o cenário externo, por ora, e mais o cenário inflacionário local. Para este mês, é esperado que o IPCA venha mais alto por conta dos efeitos da greve dos caminhoneiros, mas volte a cair na sequência. "Se isso for se confirmado durante o mês de julho, o DI tende a ir perdendo mais prêmio", afirma o gestor.

## **Lei contra guerra fiscal afeta receita da União**

### **Valor Econômico - 02/07/2018**

A lei que validou os incentivos fiscais de ICMS concedidos ilegalmente pode não acabar com a guerra fiscal, mas deverá provocar redução de R\$ 9,38 bilhões na arrecadação da União este ano, segundo projeções da Receita

Federal. Além de permitir a convalidação dos benefícios de ICMS oferecidos anteriormente sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a Lei Complementar 160 permite que as empresas deduzam os incentivos de ICMS da base de cálculo de tributos federais. Pelas contas do Fisco, o valor projetado para essas deduções foi de R\$ 20,23 bilhões.

O valor deve reduzir a base de cálculo para quatro tributos federais: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. É essa dedução que deve gerar perda de arrecadação de R\$ 9,38 bilhões à União em 2018. O valor representa cerca de 2% da arrecadação no ano passado com os quatro tributos.

A dedução para esses tributos não estava no texto original proposto pelo governo federal para a lei de convalidação. Inserida durante o trâmite legislativo, a dedução foi vetada pelo presidente Michel Temer ao sancionar a lei complementar. O Congresso, porém, derrubou o veto.

O impacto efetivo da nova lei, cujo objetivo era acabar com a guerra fiscal, é controverso. O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), diz que a lei da convalidação teve, como ponto positivo, dar solução à insegurança jurídica das empresas que usam os incentivos concedidos sem autorização do Confaz. Não havia, diz ele, condições de se exigir das empresas o pagamento do ICMS dos últimos cinco anos e nem de eliminar os benefícios fiscais do dia para a noite.

A lei da convalidação, porém, avalia Appy, não irá acabar com a guerra fiscal de ICMS. Ele explica que a LC 160 permite que os atuais incentivos sejam prorrogados por até 15 anos e que sejam estendidos pelos Estados a novas empresas que se instalarem em seu território. Essa possibilidade, juntamente com a chamada "cola" de incentivos concedidos por outros Estados, diz, poderá elevar ainda mais a concessão de benefícios.

A "cola" permite aos Estados oferecer às empresas isenções, incentivos ou benefícios concedidos por outros Estados da mesma região. O maior volume de incentivos fiscais deve agravar ainda mais a situação das finanças estaduais, avalia o economista.

"Por exemplo, o Estado A deixa de receber um investimento que viria naturalmente para ele porque o perdeu para o Estado B, em razão de incentivos fiscais." No Estado A, diz ele, a empresa estaria submetida a uma alíquota interestadual de 12%. O Estado B oferece redução de oito pontos percentuais do imposto devido. "Ou seja, o Estado B recolhe ICMS de 4%. E o Estado A deixa de receber um imposto de 12%", explica.

Houve uma pressão muito grande sobre o efeito que a eliminação dos incentivos de uma hora para outra poderia ter sobre as empresas, lembra o economista. Uma das soluções possíveis para isso, diz Appy, seria a redução gradual dos incentivos de ICMS existentes. Ele lembra que essa determinação estava na proposta original do governo federal para a lei da convalidação, mas foi excluída do texto final. "Daqui a 15 anos, o argumento de que o fim dos

incentivos trará impacto para as empresas será usado para defender a manutenção dos benefícios. E assim os incentivos não acabarão nunca."

Uma solução mais definitiva para a guerra fiscal, defende o economista, seria uma reforma tributária com a unificação dos tributos cobrados sobre consumo e cobrança no destino.

André Horta, secretário de Tributação do Rio Grande do Norte e coordenador dos Estados no Confaz, diz que a reforma tributária deverá acontecer no decorrer dos próximos anos e isso naturalmente acabará com os incentivos fiscais. Por isso, diz ele, não procede a avaliação de que os benefícios de ICMS irão avançar nesse período de 15 anos.

O secretário defende também a aplicação de alíquotas diferenciadas do tributo como forma de redução das desigualdades regionais. Os incentivos tornaram-se ilegais, diz ele, porque demandavam ser aprovados por unanimidade no Confaz, o que era inviável.

Em junho, explica Horta, os Estados se dedicaram a levantar e informar ao Confaz os documentos nos quais concedem os incentivos às empresas. A esses documentos, que discriminam os beneficiários dos incentivos oferecidos por cada Estado, terão acesso apenas os governos estaduais da mesma região, para possibilitar a cola, afirma o secretário. As normas e atos que concedem os incentivos, sem discriminar os beneficiários, diz, já foram publicados pelos Estados nos respectivos diários oficiais.

Enquanto os Estados se organizam para fazer valer a lei complementar, o governo do Amazonas foi ao Supremo Tribunal Federal para questionar a convalidação. Já pediram para participar da ação entidades que reúnem frigoríficos, usinas de açúcar e álcool e indústrias de Goiás. Todos a favor da manutenção da anistia e da manutenção da lei complementar.

O governo do Amazonas alega que a Lei Complementar 160, juntamente com o Convênio Confaz 190, ao permitirem a anistia, provocam o esvaziamento dos benefícios concedidos às indústrias da Zona Franca de Manaus.

O Estado pede no STF a concessão de liminar ao alegar, em ação direta de inconstitucionalidade, que já tem perdido investimentos para outros Estados. Dá como exemplo a joint venture entre a americana Qualcomm e a coreana USI. As companhias anunciaram no início do ano que irão instalar produção no Estado de São Paulo.

O governo amazonense diz que a anistia elimina o diferencial atrativo que a Constituição garantiu à região da Zona Franca de Manaus. Segundo o Estado, a zona franca deve ter tratamento fiscal diferenciado em relação ao aplicado no restante do território nacional.

## **Governo recorre a empresas para construir ferrovias**

**O Globo - 02/07/2018**

Sem conseguir entregar os projetos a que se propôs para o setor ferroviário, o presidente Michel Temer — a seis meses do fim do governo — vai transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de executar obras consideradas estratégicas. Concessionárias de ferrovias poderão renovar contratos que vencem em meados da próxima década por mais 30 anos (ficariam vigentes até 2057). Em troca, as empresas vão construir outras ferrovias que serão, posteriormente, licitadas pelo governo. Como contrapartida, a União abrirá mão de outorgas. Dois projetos dessa natureza devem ser anunciados hoje na reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI): a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que será construída pela Vale, e o Ferroanel de São Paulo, pela MRS Logística. O investimento total será de R\$ 9 bilhões, num prazo de até cinco anos. Depois de prontas, as ferrovias serão licitadas.

Programada inicialmente para ligar os estados de Goiás e Rondônia, uma extensão de 1.641 quilômetros, a Fico ficou menor. A linha a ser entregue pela Vale ao Estado terá 383 quilômetros e vai conectar Água Boa, no Mato Grosso, a Campinorte, em Goiás. O governo mudou de ideia porque pretende abastecer com carga a Ferrovia NorteSul (entre Porto Nacional, no Tocantins, e Estrela d'Oeste, em São Paulo, obra realizada pelo governo e que irá a leilão no segundo semestre). Além de exigir investimento menor, a nova ferrovia vai oferecer ao Mato Grosso, maior estado produtor de grãos, uma alternativa de transporte de carga ferroviária. Atualmente, há apenas a Ferronorte (operada pela Rumo, ex-ALL) até o porto.

A Vale gastará R\$ 4 bilhões para construir a Fico e renovar, antecipadamente, os contratos de concessão das estradas de ferro Carajás e Vitória-Minas. O valor foi definido depois de um acerto de contas entre o governo e a companhia, considerando o que ela já investiu na sua malha e o que teria de pagar a título de outorga. Foram descontados do montante os valores investidos na duplicação da linha férrea de Carajás. É suficiente para construir a ferrovia, segundo cálculos do governo. O empreendimento já tem projeto básico, licença prévia e os estudos de viabilidade econômica e ambiental foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

### **ALTERNATIVA PARA DRIBLAR FRAGILIDADE FISCAL**

A cargo da MRS, o Ferroanel de São Paulo será um ramal ferroviário de 53 quilômetros de extensão e interligará as estações de Perus (São Paulo) e Manoel Feio (Itaquaquecetuba), em área contígua ao traçado do rodoanel. Um dos principais benefícios da obra, orçada em R\$ 5 bilhões, é a redução de conflitos urbanos. Hoje, os trens de carga compartilham os mesmos trilhos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Embora o Ferroanel tenha uma extensão bem inferior à da Fico, o custo é mais elevado por se tratar de obra urbana (com túneis, pontes e viadutos).



Segundo Tarcísio Freitas, secretário de Coordenação de Projetos do PPI, o projeto da Fico entra em consulta pública pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) neste mês e, depois, será enviado ao TCU, que tem participado do processo de discussão. Em agosto, será a vez do Ferroanel seguir o mesmo trâmite.

Para Claudio Frishtak, sócio da consultoria Inter B., ao condicionar a renovação das concessões a investimentos em outras ferrovias, o governo vai conseguir deslanchar projetos que não conseguiria executar devido a sua fragilidade fiscal e gestão ineficiente. Ele avalia que, para estabilizar a dívida pública, a União teria que poupar cerca de R\$ 300 bilhões, praticamente inviabilizando qualquer investimento relevante por pelo menos mais um mandato presidencial.

— Mesmo que o próximo governo reduza incentivos fiscais, faça a reforma da Previdência e adote outras medidas de ajuste, não vai sobrar dinheiro suficiente para investimento. Além disso, o setor privado tem melhor capacidade de gestão. Mesmo o bom gestor público encontra muitas restrições dos órgãos de controle, o que acaba dificultando os investimentos — afirma o economista, especialista em infraestrutura.

Procurada, a Vale confirmou o interesse da companhia na renovação das concessões, mas disse que aguardará o anúncio da Fico para comentar o projeto. O diretor de Relações Institucionais da MRS, Gustavo Bambini, afirmou que a empresa está negociando com o governo a construção do Ferroanel de São Paulo. Segundo ele, a renovação dos contratos é importante porque qualquer investimento de maior porte da empresa não será amortizado em um prazo inferior a oito anos.

Em outra frente, o governo discute a renovação de contratos com outras concessionárias. A discussão com a Rumo está mais avançada. O projeto já passou pela fase de consulta pública e está prestes a ser enviado ao TCU. Neste caso, a concessionária investirá na própria malha o equivalente a R\$ 5 bilhões. Também está na mesa a negociação com a concessionária da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a VLI, que ficará responsável por construir uma nova ferrovia, entre Vitória e Rio. Como as discussões ainda estão no início, não haverá prazo hábil para renovar a concessão este ano.

Segundo Freitas, a renovação de contratos é vantajosa para o país porque os contratos atuais têm falhas e não obrigam o concessionário a investir nem na própria malha em itens de segurança, necessários para reduzir conflitos urbanos. Isso fica a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que enfrenta falta de recursos.

## GATILHOS PARA INVESTIMENTOS

Com a renovação, as concessionárias passarão a ter gatilhos — a partir de um determinado volume de cargas transportadas, elas terão de fazer novas obras. Dessa forma, é possível ampliar a capacidade da estrada de ferro não só para

a frota própria, mas também para terceiros, o que é conhecido no jargão do setor como direito de passagem.

— Os contratos serão completamente reformulados. A ideia é criar um círculo virtuoso do setor, com a volta dos investimentos — afirmou Freitas.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Armando Castelar, avalia positivamente o aumento da participação de ferrovias na matriz de transporte, em que as rodovias respondem por 65%. O assunto ganhou destaque este ano depois que a greve de dez dias dos caminhoneiros causou uma crise de desabastecimento no país em maio. Até hoje, ainda não há uma definição para a tabela de frete do setor, o que causa impacto no volume transportado nas estradas. Citando dados do Banco Mundial, Castelar afirma que o país pode economizar 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano se conseguir transportar mais cargas por trens:

— O aumento da participação da malha ferroviária vai reduzir significativamente o custo do transporte, a emissão de gás carbônico e os acidentes no trânsito.

Durante a reunião do PPI, o governo vai aprovar o Plano Nacional de Logística (PNL), segundo o qual, a renovação antecipada das cinco concessões e a conclusão das licitações (NorteSul, Ferrogrão e Fiol) anunciadas pelo governo têm potencial para reduzir o custo do frete no Brasil em R\$ 33 bilhões por ano. A queda seria reflexo do aumento da participação das ferrovias na matriz de transporte para 31%. Temer, contudo, somente deve conceder a Norte-Sul.

O diretor da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes, chamou a atenção para a trajetória de queda dos investimentos públicos no setor. Ele observou que os concessionários privados investiram R\$ 40 bilhões nas ferrovias desde 1997. Mas, com a proximidade do encerramento dos contratos, a tendência é que eles deixem de investir porque não há tempo hábil de amortização. A renovação antecipada vai trazer para o setor R\$ 12 bilhões nos próximos dez anos, de acordo com dados da FGV.

— Esse é o valor do ganho ou da perda, caso o governo decida esperar o vencimento das concessões. A nossa expectativa é que os contratos sejam renovados este ano. Do ponto de vista técnico, está tudo pronto — disse Paes.

## **Prazo para renovar concessões de rodovias será limitado a cinco anos**

**O Globo - 02/07/2018**

Por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo vai alterar o formato de concessão de rodovias e limitar a cinco anos o prazo de renovação dos contratos nos novos leilões. Não será mais permitido renová-los por 30 anos, tempo original da concessão.

A regra será aplicada à licitação de duas estradas: a Rodovia de Integração do Sul-RIS (que reúne trechos no Rio Grande do Sul das rodovias BR-101, BR-290, BR-386 e BR-448) e os trechos entre Goiás e Minas Gerais da BR-364 e da BR-365. Uma resolução com a mudança será aprovada hoje durante a reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Além disso, será anunciada a intenção do presidente Michel Temer de conceder ao setor privado trechos em Santa Catarina das BRs 470, 282 e 153. Também farão parte da carteira de projetos do PPI a licitação de mais dez lotes de linhas de transmissão de energia elétrica em 11 estados — o investimento na construção das instalações é estimado em R\$ 8,12 bilhões — e a qualificação da 5ª Rodada de Partilha do Pré-Sal, com leilão previsto para 27 de setembro. Serão ofertadas as áreas de Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde.

## LICITAÇÃO DE AEROPORTOS

No caso das rodovias, segundo técnicos do governo a par das discussões, o TCU entendeu que o prazo de 30 anos para renovação dos contratos de concessão é demasiadamente longo, com possibilidade de mudanças na economia ao longo desse período. Por isso, o órgão determinou a alteração nos próximos leilões. Os termos do edital da RIS serão divulgados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) amanhã, e a previsão é realizar o leilão em setembro. No caso das BRs 364 e 365 ainda não há data para o certame porque o projeto ainda depende de análise do TCU.

Apesar do pouco tempo para o fim do governo, o presidente Michel Temer pretende realizar ainda o leilão da ferrovia Norte-Sul e de três blocos de aeroportos (com terminais no Nordeste, no Centro-Oeste e os de Vitória e Macaé). No setor de energia, além do leilão de óleo e gás e das linhas de transmissão, ainda resta esperança de vender as distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste em 2018. A privatização da estatal, no entanto, não sairá mais este ano, diante de resistências no Congresso.

Segundo um interlocutor do Executivo, só não haverá leilão em outubro, mês das eleições. De acordo com essa fonte, embora não haja vedação legal para medidas como essa, as incertezas decorrentes do período eleitoral deixam os investidores inseguros.

## **Mais impostos para os ricos** **Correio Braziliense - 02/08/2018**

Pré-candidato pelo PSol, Guilherme Boulos é o nome mais jovem na corrida ao Palácio do Planalto. Aos 35 anos, o professor da rede básica de São Paulo entra na disputa com uma trajetória marcada pela atuação em movimentos sociais — é integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Ele defende a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio da Silva pelo PT e diz que a unificação da esquerda virá no segundo turno.

Para acabar com o rombo das contas públicas, Boulos pretende cortar privilégios na cúpula dos poderes. Critica o sistema tributário atual e quer elevar impostos pagos pelos que têm maior renda e patrimônio.

Psicanalista, formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), Boulos destinaria mais recursos federais na educação básica para permitir que um número maior de alunos da rede pública chegue às melhores universidades.

Suas críticas são endereçadas aos adversários Geraldo Alckmin (PSDB), que tentou fechar escolas em São Paulo sob o argumento de otimizar a rede, e Jair Bolsonaro (PSL-RJ), que lidera as pesquisas de intenção de voto com discurso conservador. “As pessoas estão com medo e há quem explore politicamente esse sentimento. Bolsonaro é alguém que faz populismo em cima de cadáver”, afirmou. A seguir, os principais trechos da entrevista do pré-candidato.

**Uma das coisas que mais percebemos é a dificuldade de união dos pré-candidatos de esquerda. O PSol vai esperar uma decisão da Justiça em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou vai cada um por si e, no segundo turno, veem como fica?**

Defendemos a ideia de Lula ser candidato. A nossa pré-candidatura não está em função de qualquer outra, mas em função de um projeto que defendemos para o Brasil. A esquerda tem de estar unida nas lutas fundamentais, como em uma aliança de princípios em defesa da democracia brasileira e dos direitos sociais, que estamos perdendo. Essa unidade se faz, sobretudo, nas ruas, nas lutas, em torno de bandeiras.

**Mas, em termos de candidatura, cada um vai ter a sua? Ou haverá união em torno de uma única candidatura?**

Todas as candidaturas são legítimas no campo da esquerda e queremos dialogar com todas elas. As diferenças que temos não vão nos impedir de sentar à mesma mesa. A eleição é em dois turnos. Não acredito que o povo brasileiro vá colocar dois representantes do Temer na reta final.

**Qual a diferença de vocês para o PT e para o PCdoB?**

O PSol não estava nos 13 anos do governo de PT. O PCdoB estava. Isso não quer dizer que não reconhecemos avanços. Houve conquistas importantes, como políticas públicas, programas sociais e aumento da renda dos mais pobres. Mas faltou também ousadia para fazer enfrentamentos.

**A avaliação dos petistas é de que, se não fizer aliança com centro e centro-direita, não dá para governar. Isso está errado?**

Eu digo o contrário: se fizer essa aliança, não dá para governar. Diálogo, temos de ter com todo mundo, mas não significa jogar nossas ideias em um balcão e negociá-las. Sabemos como funciona o sistema político brasileiro: grandes empresários, banqueiros, empreiteiro e o agronegócio financiam campanha eleitoral. O erro do PT foi não ter rompido com essa lógica, mas não foi o PT que criou essa lógica. Não vamos cair nessa ideia de que o PT criou a

corrupção no Estado brasileiro. O Fernando Henrique Cardoso, inclusive, comprou a reeleição em 1998 e está ali posando de estadista.

**Caso o senhor seja eleito, qual vai ser a proposta para a Previdência? O senhor vai fazer a reforma?**

Não. Tem deficit na Previdência, é claro. Mas a reforma proposta pelo Temer, felizmente não aprovada, é de uma covardia atroz contra o povo brasileiro. Ela prejudicava os mais pobres.

**O que o senhor faria?**

Primeiro, tem que se mexer em arrecadação. Não terá DRU (Desvinculação de Receitas da União) no nosso governo. Segundo, precisamos cobrar das grandes empresas que têm dívidas bilionárias com a Previdência. São R\$ 470 bilhões de dívidas. Desses, dois terços podem ser cobrados. Um terço é de empresa que faliu, não se cobra mais. Mas temos aí cerca de R\$ 300 bilhões que podem ser cobrados. Terceiro, nós temos de enfrentar as desonerações em folha, que foram dadas para empresários, o que também diminui a arrecadação. E tem de mexer nos privilégios das cúpulas dos poderes, com aposentadorias especiais que precisam ser revistas.

**Como o senhor vai lidar com o corporativismo do servidor público?**

Acho que o servidor que luta por condições de trabalho dignas, por garantir os seus direitos, tem de ser respeitado. Serviço público é essencial. Eu sou contra demonizar funcionários públicos. Os privilégios não estão na massa dos servidores, mas na cúpula dos poderes.

**A carga tributária está em 32% do PIB. O senhor vai aumentá-la?**

O povo trabalhador, o mais pobre e a classe média, já pagam muitos impostos. Temos de criar condições para uma redução gradual sobre produção e consumo, que corresponde a 49,7% de toda a carga. Hoje quem tem menos paga mais e quem tem mais paga menos. Vamos criar condições para diminuir os impostos e fazer quem não paga pagar.

**Mas vai aumentar a carga?**

O imposto sobre grandes fortunas está previsto na Constituição de 1988 e não foi feito até hoje. Alíquota máxima de imposto sobre herança e patrimônio, no Brasil é de 8%. Nos Estados Unidos, que não podem ser acusados de bolivarianismo, é de 40%. Vamos mexer aí. Vai gerar uma arrecadação maior para o Estado para fazer investimento público e criar condições para reduzir o imposto sobre o consumo.

**O senhor move uma ação contra o senador José Medeiros (Podemos-MT), que acusou o MTST de cobrar mensalidade das pessoas que não tinham moradia. Não existe cobrança de mensalidade por movimentos de sem-teto?**

Houve um incêndio e desabamento em um edifício em São Paulo. As famílias estão até hoje morando em barracas na praça. Era uma ocupação que não era organizada pelo MTST. Ao que tudo indica, havia cobrança de aluguel, o que é

inaceitável. O movimento que eu represento não aceita a prática de explorar miséria das pessoas.

**O MTST não cobra nada das pessoas que participam do movimento?**

Não é cobrado sequer R\$ 1 de qualquer família, e as ocupações estão abertas para quem queira visitar. O movimento se financia por meio de contribuição de quem concorda com ele. A última vez que eu vi estava entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil.

**E o financiamento da sua campanha?**

As nossas pré-campanhas se dão também de maneira colaborativa. Há um site para quem quiser colaborar, e o fundo do partido público para financiar. Nenhum real de banqueiro, o agronegócio. Não queremos ficar com rabo preso depois.

**Esta é a semana do orgulho LGBTI+. O Brasil é o país que mais mata transexuais. No seu governo terá políticas mais focadas nessa questão?**

Essa, para nós, é uma questão chave. O Brasil é o país que mais mata a população LGBTI no mundo, não apenas trans. Segundo os dados disponíveis, foram 445 mortos por LGBTfobia, em 2017. Nós precisamos produzir estatísticas, informações, para municiar políticas públicas, que devem começar, inclusive, no sistema educacional.

**O fato de ter tantos parlamentares que são contra isso no Congresso significa que a população brasileira é conservadora?**

Não. Não acho que o Congresso seja uma reprodução fiel da sociedade. É muito mais conservador. Nós não vamos negociar as pautas LGBTI , feminista e racial com bancada conservadora.

**O que pensa da Emenda 95, que estipula um teto para os gastos públicos?**

Em época de eleição, todo candidato diz que educação é prioridade, que é fundamental. Quem disser isso, para ser coerente, precisa se comprometer a revogar a Emenda Constitucional 95, porque isso vai liquidar a educação pública no Brasil, tanto a básica quanto a superior. Irá liquidar o SUS. Para nós, isso é um ponto básico para pensar em política pública. Também deve ser revisto o aumento do investimento da União na educação. Nós temos hoje 5,6% do PIB que vão para a educação. Desses, apenas 1% é recurso federal. O grosso fica com estados e municípios, que são os que menos arrecadam. Temos de mudar isso, federalizar o financiamento da educação.

**Qual a sua posição sobre cobranças de ricos que estudam em universidade pública?**

A cobrança de taxa é uma falsa solução. Temos de fazer com que, com os ensinos médio e básico públicos mais fortes, permitam que as pessoas mais pobres acessem a universidade pública. Hoje, quem estuda em escola particular vai para universidade pública com frequência, e quem estuda em escola pública vai para a universidade particular. Como enfrentar isso?

Investindo no ensino básico público e criando mais vagas na universidade pública federal.

**Os nascimentos estão despencando no país. Não é necessário reorganizar a rede, fechando algumas escolas?**

Quando a questão etária for suficiente para isso, a sociedade tem que discutir. Não é. Não era quando se tentou à força fechar escolas em São Paulo, dada a reação que teve dos estudantes e professores. É decisão tomada por burocrata que quer reduzir custos. O Governo de São Paulo de Geraldo Alckmin, meu concorrente nesta eleição, foi derrotado pelo movimento dos secundaristas. Sobre saúde, nós temos um modelo no Brasil que prevê atendimento universal de maneira igual para toda a população. A concepção do SUS é correta. Qual o problema? O financiamento. No Brasil, 3,8% do PIB vão para a saúde. Em países que têm sistemas universais como o nosso, a média é de 8% do PIB, mais que o dobro. Então, nós precisamos aumentar o financiamento do SUS.

**O corrupto tem de ir para a cadeia, na sua avaliação?**

Evidentemente. Todo o corrupto com o qual se tenha a prova e julgado dentro do devido processo legal no âmbito de direito de defesa tem de ser preso.

**Condenados em segunda instância, na sua avaliação, devem ser presos?**

Não é minha avaliação, é o que diz a Constituição Brasileira. A Constituição Brasileira diz, de forma clara e categórica, que só pode haver prisão depois de trânsito em julgado.

**Para tirar o país desse marasmo econômico, fazer o país crescer e gerar emprego, qual é a sua receita?**

Nenhum país nunca saiu de uma crise sem investimento público. É uma ilusão acreditar na força metafísica dos mercados.

**O senhor é contra privalizações. É possível tornar as estatais eficientes?**

Olha, se alguém assaltar a sua casa, você pode dar a sua casa para o vizinho ou melhorar o sistema de segurança. Eu não daria a minha para o vizinho. Acho que ninguém, em sã consciência, daria. O caminho é melhorar gestão, com transparência e com controle social.

**Como vão ficar as invasões do MTST e dos sem-terra?**

Ocupação é resultado da falta de o Estado em assegurar o direito à moradia digna. Uma mãe de família que vai pisar no barro, ficar debaixo de um barraco de lona, com seus dois filhos, faz isso por quê? Uma família que vai para uma ocupação, seja no campo, seja na cidade, faz isso por falta de alternativa. Na cidade, muitas vezes, porque, no fim do mês, tem que optar por pagar aluguel ou comprar o leite do filho. Eu, no movimento MTST por muitos anos, com orgulho, aprendi o quanto são duras as condições de moradia do povo brasileiro.

**Como o senhor vai lidar com o agronegócio? Hoje, o que garante o crescimento econômico é o campo. Como vai ser isso?**

Primeiro, precisamos desmistificar algumas coisas. Da comida que chega na nossa mesa todos os dias, 70% vêm da agricultura familiar. Não do agronegócio. Nosso governo vai priorizar a agricultura familiar, com crédito, estimular cooperativas de produção, de consumo e de comercialização. Vai priorizar a agroecologia. O agronegócio tem lutado para produzir comida envenenada. O agrotóxico até o osso. Sem falar em transgênicos.

### **Como seria seu plano de segurança pública?**

Falar de segurança pública no Brasil é falar de medo, não só da violência, do desemprego, mas da falta de perspectiva para o futuro. O que temos visto são pessoas explorando politicamente o medo, transformando o medo em ativo político. É o que o Jair Bolsonaro tem feito. É alguém que faz populismo em cima de cadáver. Isso gera um impacto na sociedade. Temos de desmistificar a ideia de armar a sociedade, porque é um absurdo. Não deu certo em lugar nenhum.

### **E o sistema carcerário?**

A política de encarceramento em massa não deu certo. Em dez anos, a população praticamente duplicou. Alguém está se sentindo mais seguro com isso? Temos de pensar em outras formas de responsabilização criminal. Há formas diferentes de punição. Responsabilização alternativa quanto a roubo de comida, de shampoo, e ter de ficar preso por um, dois anos? É um sistema irracional. 40% dos presos sequer foram julgados.

### **O senhor manteria o Ministério da Segurança Pública?**

Estamos discutindo isso ainda. Intervenção militar é um absurdo. Exército não tem de cuidar da segurança pública. Militar trabalha com a lógica do inimigo, tem de defender fronteira. Quando você está em uma guerra, você sabe quem é o inimigo. E quando você está aqui? O Estado escolheu o inimigo, a juventude pobre e negra das periferias.

## **Migração de contas**

### **Correio Braziliense - 02/08/2018**

Uma nova regra do Conselho Monetário Nacional (CMN) que começou a vigorar ontem permite que os trabalhadores transfiram o pagamento da conta-salário não apenas para outros bancos, mas também para contas de startups financeiras, ou fintechs, e de outras empresas não bancárias. Para especialistas, a medida aprovada em fevereiro abre um leque de opções de serviços, taxas e empresas disponíveis para o empregado, já que a conta-salário tem uma série de restrições.

Esse tipo de conta não tem custos, fica no banco escolhido pelo patrão e só ele pode fazer depósitos. Além disso, há limites de saque, horário, cheques e não é possível fazer compras on-line. Antes da nova regra, para fugir desses entraves na hora de mexer no próprio dinheiro, o trabalhador deveria ir até o banco escolhido pelo patrão para transferir o pagamento para uma conta-corrente, operada também por um banco e sujeita a taxas.



Agora, ele também poderá levar seu salário, sem custo, para as contas de pagamento pré-paga, operadas por instituições não financeiras, como fintechs, instituições de pagamento e emissoras de cartões de crédito. Basta que o dinheiro caia nessa conta para que o empregado possa pagar faturas, sacar sem limites de horário, fazer compras via aplicativos, obter crédito e fazer investimentos.

Como ainda estão se consolidando no mercado, empresas, como Nubank, Mercado Pago e PayPal, por exemplo, costumam oferecer taxas mais baixas e serviços diferenciados.

### Armadilhas

O obstáculo das fintechs na hora de conquistar os clientes está em construir o grau de relacionamento e credibilidade dos bancos, que já estão há séculos no país, explica Claudio Felisoni, coordenador do Labfin da FIA (Fundação Instituto de Administração). Esse histórico, na opinião dele, pesa na hora da escolha.

Além de dar ao empregado mais opções, outra vantagem da nova norma do BC é que a mudança pode ser feita sem a necessidade de se comunicar ao banco que hospeda a conta-salário. As instituições conversam entre si. Na opinião de Renata Pedro, advogada da Proteste, a portabilidade já na instituição de destino, como acontece no caso da troca de operadoras de celular, protege o consumidor do “conto do gerente” e de promessas feitas só para não perder o cliente.

Mas os benefícios da nova regra do BC também podem vir acompanhados de algumas armadilhas, explica a advogada. Entre elas, estão a venda casada de produtos e a oferta de uma cesta de serviços que não condiz com o perfil do cliente.

## **Aumento de 420% em 18 anos**

### **Correio Braziliense - 02/08/2018**

Em 2000, o salário médio nominal do funcionalismo era de R\$ 1.870,82. Subiu 420,5% até 2018, para R\$ 9.738,68. O percentual é acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período, de 210,3%, mas inferior ao registrado no salário mínimo, que era de R\$ 151 e foi para R\$ 954, alta de 531,7% no período.

Os dados são do Informe de Pessoal, da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), com base no Painel Estatístico de Pessoal (PEP) do Ministério do Planejamento.

“Fizemos uma comparação do poder de compra do salário médio real de hoje, confrontando-o com o de 2000. No passado, os R\$ 1,8 mil equivaleriam a R\$ 5.659 atuais”, apontou Flávio Cireno Fernandes, coordenador de Ciência de Dados da Enap, responsável pela pesquisa.

A elevação da média salarial tem também a ver com mudanças estruturais. Parte das funções de níveis médio e fundamental foram gradualmente extintas no serviço público federal. Com isso, houve aumento acelerado na escolaridade da força de trabalho. O quantitativo de servidores com nível superior, ou mais, subiu cerca de 56%, de 2000 a 2018, de acordo com o Informe de Pessoal. No início dos anos 2000, 33,87% tinham ensino superior, agora são 40,62%. Com pós-graduação, eram 5,85%. Passaram para 9,79%. O pessoal com mestrado representava 5,07% e, 18 anos depois, 7,62%. O maior salto foi no doutorado: em 2000, havia 2,70% com esse grau de instrução. Agora, 16,82% são doutores.

### Salário médio

O levantamento destaca que, quando se considera apenas os cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) de 4 a 6 (acima de R\$ 9,9 mil) e as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) 4 (R\$ 5,9 mil), do total desses cargos, 18,17% estão na Presidência, 10,38% no Planejamento e 6,35%, na Fazenda. Saúde e Educação ficaram com as fatias de 6,27% e 6,11%, respectivamente. O estudo aponta, ainda, que a remuneração média real do servidor federal, em 18 anos, avançou significativamente, mas os reajustes nem se comparam aos que foram dados ao salário-mínimo, por exemplo.

É na Presidência da República que está grande parte dos cargos de DAS de 1 a 6, com valores entre R\$ 2.585,13 e R\$ 16.215,22, pagos a 1.877 pessoas que exercem função de confiança. No Ministério da Fazenda, são 991 profissionais na mesma condição. Logo em seguida, vêm os ministérios do Planejamento, com 949, o da Justiça (917) e de Desenvolvimento Social (887). Além dessas retribuições pelos cargos para pessoal de dentro e de fora do serviço público, os órgãos ainda contam com as FCPE (de 1 a 4, de R\$ 1,551,09 a 5.955,97), exclusivas para servidores. O Desenvolvimento Social é o que tem mais (1.829). Já a Fazenda conta com 1.792, a Presidência da República, com 1.214, o Planejamento, com 1.173, e o Ministério da Saúde, com 825.

Para Oliomar Mendes de Souza, 58 anos, técnico de orçamento e planejamento há 39, além dos motivos apontados pela Enap, as sucessivas crises econômicas foram fundamentais para forçar a demanda por trabalhadores mais bem preparados. “Com os altos e baixos da economia desde os anos de 1990, que nos levou à situação de quase 14 milhões de desempregados, as pessoas se viram obrigadas a buscar especialização, o que é bom. Mas, com isso, o nível de dificuldade das provas aumentou. Mesmo nos concursos para nível médio, acabam entrando os de grau superior. A concorrência ficou desleal para quem não passou pela faculdade”, disse. Em breve, segundo ele, os menos escolarizados perderão espaço no serviço público.

“Em 2019, haverá uma enxurrada de aposentadorias do pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) que esperam apenas entrarem as gratificações. Eles sairão e não serão repostos”, lembrou Oliomar Souza. Ele se referiu ao acordo assinado pelo “carreirão” com o governo, em 2016, que prevê incorporação das gratificações ao vencimento básico até 2019, para evitar perda de cerca 50% da remuneração na aposentadoria.

## Contrastes

O motorista Lázaro Celeste Souza, 71, concursado desde 1981, é um dos que recebem abono permanência aguardando o governo cumprir o prometido. Lázaro lamentou por sua profissão estar praticamente extinta na Esplanada. “Agora só tem terceirizados. Nessa idade, não quero ter perdas salariais. Vou esperar mais um pouquinho para sair com o que recebo na ativa”, contou.

O Informe de Pessoal da Enap, por outro lado, mostra que, nem sempre, o saber representa ganhos maiores relativos. De acordo com o estudo, o Ministério da Educação é o que tem mais servidores com ensino superior (20,93%) e pós-graduação (67,88%). Seguido de Meio Ambiente (53,12% e 36,55%, respectivamente), Ciência e Tecnologia (51,90% e 35,37%), Indústria e Comércio Exterior (54,95% e 35,27%) e Defesa (43,16% e 14,95%). No entanto, os melhores salários estão no Ministério da Transparência, com 18,53% de pessoas ganhando entre R\$ 6 mil e R\$ 12 mil, e 79,77% delas com ganhos mensais acima de 12 mil. Esse órgão tem 88% com nível superior e apenas 0,91%, com pós-graduação. Na Fazenda, igualmente, 15,87% ganham até R\$ 12 mil e 63,62%, acima desse valor. Mas apenas 0,29% dos servidores têm pós e 80,35%, nível superior. O da Educação, campeão em escolaridade, tem apenas 35,95% e 26,39%, respectivamente, entre os mais bem pagos.

O levantamento ainda aponta que as mulheres continuam ganhando menos. Independentemente da escolaridade, elas têm maior presença nas faixas salariais menores, em comparação aos homens. “Contudo, com o aumento do nível de escolaridade, essa diferença diminui, saindo de 24,25% a menos na faixa salarial de até R\$ 6 mil até o ensino fundamental, para 4,8% no nível de pós-graduação”, aponta o Informe. No ensino fundamental, 16,17% das mulheres ganham entre R\$ 6 mil e R\$ 12 mil, contra 29,69% dos homens. Com ensino médio, apenas 1,54% ganham acima de R\$ 12 mil, enquanto 6,95% deles estão nessa faixa. Com escolaridade superior, são 28,11% das mulheres com mais de R\$ 12 mil e 40,52% dos homens. Com pós-graduação, são 34,34% e 42,22%, respectivamente.

Cláudia Luz, 51, servidora do Ministério da Cultura, disse que “não é feminista e não concorda com todas as pesquisas que mostram essas diferenças”. “Não enxergo essa realidade. Tenho cargo de coordenação, minha chefe é mulher e tem muitas pessoas escolarizadas no ministério. Trabalho muito e tenho 32 anos de casa. O que acho é que, no geral, não há valorização do servidor público”, destacou.

" Fizemos uma comparação do poder de compra do salário médio real de hoje, confrontando-o com o de 2000. No passado, os R\$ 1,8 mil equivaleriam a R\$ 5.659,32 atuais"

Flávio Cireno Fernandes, coordenador de Ciência de Dados da Enap

## **Alternativa ao cheque especial**

**Correio Braziliense - 02/08/2018**

Desde ontem, os bancos devem oferecer aos clientes uma linha de crédito alternativa ao cheque especial para os clientes que usarem mais de 15% da linha de financiamento durante 30 dias consecutivos. O valor mínimo para parcelamento será de R\$ 200. A medida é uma autorregulamentação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A taxa média anual do cheque especial chegou a 311,9% ao ano em maio, conforme dados do Banco Central (BC).

Os números da autoridade monetária mostram que os brasileiros deviam aos bancos, até o quinto mês do ano, R\$ 24,2 bilhões. A norma da Febraban determina que as instituições oferecerão a alternativa de parcelamento mais barata nos canais de relacionamento. O cliente decide se adere ou não à proposta. Caso não aceite, nova oferta será feita a cada 30 dias.

Além disso, os bancos, por meio dos canais de relacionamento, também devem alertar o consumidor quando ele entrar no cheque especial, destacando que esse crédito deve ser utilizado em situações emergenciais e temporárias.

As instituições financeiras terão liberdade para definir a taxa de juros para a linha de crédito alternativa ao cheque especial. Dados da Febraban apontam que os brasileiros ficam, em média, 16 dias por mês no cheque especial, com uma dívida de R\$ 900. Dos 150 milhões de clientes do sistema financeiro, pelo menos 24 milhões usam essa modalidade de crédito.

Os juros cobrados atualmente de quem usa o cheque especial são elevados, conforme a Febraban, em consequência da inadimplência. Dados do BC indicam que 13% dos clientes do cheque estavam inadimplentes em maio. Em dezembro, o índice era de 16,2%.

## **PIB fraco segura a Selic até dezembro**

**Correio Braziliense - 02/08/2018**

A taxa básica de juros (Selic) permanecerá inalterada ao longo de 2018 em 6,5% ao ano, mesmo após o Banco Central (BC) indicar, no comunicado e na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que uma elevação não está descartada nos próximos meses. Quem acompanha com lupa os diversos relatórios divulgados pela equipe de Ilan Goldfajn está convencido de que a Selic não aumentará mesmo que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) termine o ano mais próximo de 5%, acima do centro da meta de 4,5%.

Eventuais choques de preços que elevem o resultado anual do IPCA, destacam os analistas, serão absorvidos pela banda de 1,5 ponto percentual do regime de metas para a inflação. Com isso, o BC não precisará subir os juros. “Assim como não baixaram os juros ainda mais em 2017 para a inflação ficar acima do piso de 3%, eles não elevarão os juros a curto prazo, já que indicaram que o horizonte da política monetária tem como objetivo os 18 meses seguintes”, explica o economista Rafael Cardoso, da Daycoval Investimentos.

A alta da Selic só ocorrerá, explica Cardoso, se as expectativas de inflação para 2019, 2020 e 2021 desancorarem. As estimativas dos economistas coletadas pelo BC apontavam, até a semana passada, que as taxas para os próximos três anos estão, respectivamente, em 4,1%, 4% e 4%, abaixo ou no centro da meta. Em 2021, a meta é de 3,75%. Para 2018, o indicador subiu, nas últimas seis semanas seguidas, para 4%, patamar inferior ao objetivo central. Cardoso explica que, mesmo após o BC retirar da comunicação os próximos passos da política monetária, indicou de maneira qualitativa que o cenário básico é de manutenção da Selic em 6,5% ao ano, pelo menos até dezembro.

O economista da Daycoval Investimentos detalha que a comunicação do BC sinalizou que a alta do dólar nos últimos meses teve impacto concentrado nas projeções de inflação de 2018. Além disso, ao revisar a estimativa para crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,6% para 1,6%, a equipe de Ilan Goldfajn indicou que o nível de ociosidade da economia não deve pressionar os preços. “Com expectativas ancoradas para os próximos anos, o BC pode usar as bandas a curto prazo para acomodar uma eventual alta da inflação. A instituição teria uma reação simétrica, como a de 2017, quando a inflação ficou em 2,95% e não baixou ainda mais os juros para o custo de vida voltar para a meta”, destaca.

Os principais riscos para a inflação que levariam o BC a subir os juros, comenta a economista-chefe da CM Capital Markets, Camila Abdelmalack, são a disparada do dólar e o cenário eleitoral. No primeiro caso, ela afirma que, no mercado, as estimativas apontam que o repasse cambial para os preços seria mais intenso se a divisa norte-americana estivesse cotada entre R\$ 4,10 e R\$ 4,30. “Na minha avaliação, isso ocorreria com o dólar cotado a R\$ 4,25. Mesmo assim, só se a moeda ficasse nesse patamar por algum tempo. Não basta alcançar esse valor”, diz.

Ela ressalta que o risco de repasse da alta do dólar para a inflação a curto prazo diminuiu com as atuações do BC no mercado para reduzir a volatilidade por meio da venda e swaps cambiais e por meio dos leilões de linha. No campo eleitorais, explica Camila, os riscos são maiores, diante da imprevisibilidade de quem será eleito presidente da República.

A economista destaca que o BC não faz comentários explícitos sobre o processo eleitoral, mas se manifesta sobre o tema, de maneira sutil, quando fala da necessidade de continuidade dos ajustes e das reformas para

reequilibrar as contas públicas. “Se for eleito alguém que não é simpático ao mercado, as estimativas para inflação tendem a aumentar. Isso é um risco para a alta de juros”, alerta.

Para ela, diante das incertezas, a decisão do BC de retirar da comunicação as sinalizações futuras do Copom foi adequada. “Em um cenário com tamanha volatilidade, de incertezas domésticas e internacionais, a autoridade monetária acertou em deixar o cenário em aberto. São muitas variáveis para se analisar”, afirma.

## Eleições

Na opinião do economista-chefe da Opus Investimentos, José Márcio Camargo, o mercado tem reagido excessivamente aos dados das pesquisas de intenção de votos divulgadas a curto prazo.

Para Camargo, as pesquisas terão influência mais forte nos preços a partir de agosto, quando estarão definidos os nomes que irão para as urnas. A partir daí, destaca, a depender dos resultados, o cenário será mais calmo ou mais volátil, como foi em 2002. “Uma coisa que precisa ficar clara é que, sem a reforma da Previdência, a situação fiscal não será resolvida, e o BC será obrigado a subir juros”, diz.

Apesar das incertezas, o economista da Opus comenta que o encarecimento do dólar a curto prazo ainda não afetou as expectativas de inflação. Entretanto, ele alerta que, se esse processo de elevação no custo da divisa norte-americana permanecer por um período maior, as estimativas do mercado serão afetadas.

"Assim como não baixaram os juros ainda mais em 2017 para a inflação ficar acima do piso de 3%, eles não elevarão os juros a curto prazo, já que indicaram que o horizonte da política monetária tem como objetivo os 18 meses seguintes"

Rafael Cardoso, economista da Daycoval Investimentos

## **Renda de comércio e serviços recua DCI - 02/07/2018**

O rendimento médio real (descontada a inflação) dos trabalhadores que atuam nos serviços de alimentação caiu 0,4% no trimestre móvel de março a maio, contra igual período de 2017, para R\$ 1.437.

Essa foi a 45ª queda seguida nessa base de comparação anual de cada trimestre móvel, o que significa que a renda do setor cai desde setembro de 2014. Já os ganhos das pessoas empregadas no comércio atacadista e varejista recua desde agosto de 2017. Somente no trimestre finalizado em maio, os rendimentos diminuíram, em termos reais, 1,7%, a R\$ 1.732.

Enquanto isso, os funcionários do setor público vêm obtendo reajustes acima da inflação desde novembro de 2016, mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na última sexta-feira. De março a maio, a renda média dos servidores cresceu 3,8%, a R\$ 3.224.

As atividades de serviços e de comércio empregam 67,7% da população ocupada, ao passo que o emprego público representa 12% da força de trabalho. O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Leonardo Trevisan, avalia que os números indicam que a recessão acabou evidenciando as diferenças de rendimentos entre o setor público e privado do País

“Há 11 milhões de funcionários públicos no Brasil [ou seja, 5,4% de uma população total de 207 milhões], cuja renda corresponde a 30% da massa salarial do País. [...] Além disso, o rendimento médio mensal dos funcionários do poder Executivo chega a R\$ 12 mil e, do Judiciário, a R\$ 28 mil, enquanto a média dos trabalhadores do setor privado, é de R\$ 1,2 mil”, diz o professor da PUC-SP. Para ele, o quadro aponta que a fraca recuperação da atividade não tem beneficiado todos da mesma forma.

Em termos de perspectiva, a tendência para os próximos meses, portanto, é ainda de uma recuperação real muito residual da renda da maioria dos trabalhadores, principalmente após a redução das estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano. O Banco Central (BC), por exemplo, cortou de 2,6% para 1,6% a sua projeção.

Apesar de obterem ganhos acima da inflação, os servidores não conseguem puxar, sozinhos, a recuperação total da renda e, portanto, do consumo. No trimestre encerrado em maio deste ano, o rendimento médio real habitual dos brasileiros ficou estável em R\$ 2.187, em relação a iguais meses do ano passad

Segundo Trevisan, as dificuldades de recomposição da inflação nos salários dos trabalhadores do comércio em geral e dos serviços de alimentação (bares e restaurantes) reflete o elevado nível de informalidade e desemprego no Brasil. No trimestre encerrado em maio, a taxa de desocupação ficou estável ante trimestre móvel de fevereiro, atingindo 13,2 milhões de pessoas.

## Crescimento

Já na indústria, a renda real média avança há dez trimestres e, no período encerrado em maio de 2018, cresceu 3,1%, para R\$ 2.197. Contudo, o professor da PUC-SP afirma que o aumento das incertezas no último mês e a aproximação das eleições indicam que os reajustes salariais dos trabalhadores da indústria podem ser menos favoráveis no segundo semestre, período onde ocorrem a maioria das negociações do setor. A tendência é que a renda continue avançando acima da inflação, porém em um ritmo menor que antes.

Sobre o desemprego, o professor de economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Jefferson Nery do Prado, diz que as empresas ainda estão receosas de contratar, principalmente, pelo fato das agendas políticas dos pré-candidatos não estarem claras, dificultando planejamento de investimento no médio e longo prazo.

“Há um cenário político instável. Há muitos pré-candidatos com propostas difusas”, comenta o professor do Mackenzie. “Então, por mais que o governo esteja fazendo medidas pontuais para tentar aumentar o nível de renda da população, como a liberação do FGTS, a vigilância em cima dos bancos para deixar o crédito mais barato, as incertezas sobre o futuro acabam impedindo que o cenário econômico melhore e comece a reagir”, complementa Prado.

Para ele, a retomada da renda e do emprego só começará a registrar números mais favoráveis a partir de uma maior definição do cenário político, o que significa que a situação de baixo dinamismo no mercado de trabalho possa se estender até o final deste ano.

## **Receita alerta para nova fase do sistema de escrituração eSocial**

**DCI - 02/07/2018**

A Receita Federal informou na última sexta-feira (29) que as pequenas empresas já podem se preparar para entrar no eSocial. No dia 16 de julho inicia-se o período para adesão de 155 mil Microempreendedores Individuais (MEI) com empregados e 2,7 milhões de empresas do Simples Nacional. Conforme comunicado do fisco federal, para facilitar os procedimentos dos pequenos empregadores o governo vai lançar sites simplificados na Internet. Para os MEI será lançado um portal semelhante ao eSocial do Empregador Doméstico. Microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional) também terão um portal web para inserção de dados de seus trabalhadores. No total deverão aderir ao eSocial, nesta segunda etapa, 4 milhões de empregadores, com um total de 33 milhões de trabalhadores. O eSocial é um sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas com os objetivos de reduzir a burocracia e de eliminar redundâncias nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas

## **Governos têm superávit até maio, mas tendência é de uma reversão**

**DCI - 02/07/2018**

As contas dos governos regionais mostraram resultados melhores nos primeiros cinco meses do ano (com superávit de R\$ 12,8 bilhões), ao contrário do governo central (déficit de 13,7 bilhões). Mas tendência para curto e médio prazos preocupa especialistas.

Segundo dados divulgados na última sexta-feira (29) pelo Banco Central, especificamente em maio, enquanto as finanças do BC, Tesouro Nacional e



Previdência Social apresentaram saldo negativo de R\$ 11,1 bilhões, os estados registraram um superávit de R\$ 1,946 bilhão e os municípios tiveram resultado positivo de R\$ 283 milhões.

Para o professor da Faculdade Fipecafi, George Sales, a diferença entre os resultados do governo central e as administrações regionais se dá pela arrecadação de impostos. “Podemos ver que o que o governo federal arrecada de tributos não está dando para pagar as contas do dia a dia. Os pagamentos para os governos regionais vêm, principalmente, por meio de arrecadação de impostos com mercadorias e produtos, mostrando-se, assim, mais efetivos do que os compulsórios sobre renda cobrados pelo governo federal. Além disso, os cortes de gastos têm sido mais efetivos nos estados e municípios do que no âmbito federal”, explica Sales ao DCI.

Segundo a professora de economia do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Juliana Inhasz, o resultado reflete ainda os efeitos da recuperação econômica do País. “Boa parte do superávit se deu por conta de um contingenciamento de gastos dos estados depois da PEC do teto dos gastos. O restante vem de uma recomposição de receitas muita tímida, mas que já começa a aparecer com esse delicado crescimento econômico”, comenta.

Além dos impostos, os estados ainda se beneficiaram do plano de recuperação fiscal. “O resultado positivo dos governos regionais é consequência de que alguns estados, apesar da crise, continuam tendo um bom desempenho financeiro, como São Paulo e Mato Grosso. Além do mais, eles não têm apenas recurso próprio do ICMS e arrecadação, mas também recebem transferências muito significativas da União”, avaliou o professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV), Istvan Kasznar.

Por outro lado, segundo o economista da Tendências Consultoria, Fabio Klein, apesar de observar os resultados positivos dos governos regionais desde o ano passado, a perspectiva é de queda para o segundo semestre de 2018.

“Os setores regionais fecharam o ano passado com um superávit de R\$ 7,5 bilhões, mas se olharmos o acumulado de janeiro a maio deste ano, veremos que o valor é inferior ao do mesmo período de 2017, o que está alinhado com a expectativa para o ano, que é de piora das contas públicas. Acreditamos, então, que os resultados tendem a apresentar déficit a partir do segundo semestre”, afirma.

A previsão do economista se dá, principalmente, porque os estados terão de enfrentar, nos próximos meses, problemas típicos de um ano eleitoral. “As eleições de outubro irão ocasionar um aumento de despesas e um ambiente fiscal difícil para as unidades do ponto de vista dos gastos, tudo isso somado a uma recuperação econômica ainda lenta”, explica.

Juntamente a isso, o cenário externo desfavorável terá impacto nas contas públicas, prejudicando ainda os investimentos no País. “O cenário internacional

está criando pressão sobre a taxa de câmbio e a inflação, o que muda a perspectiva de crescimento e complica ainda mais a questão fiscal dos estados”, diz Juliana.

### Contrapartida

Apesar do superávit apresentando em maio, a dívida líquida dos estados aumentou em quase todas as regiões do Brasil, com exceção da Norte. No Sudeste, por exemplo, a despesa corresponde a 114,3% da receita líquida da região

Uma das razões foi a troca de repasse de recursos da União pelo endividamento com instituições financeiras, cujos juros são maiores.

“As arrecadações caíram e as contas não fecharam, então diversos estados correram aos bancos, ocasionando um endividamento bancário. O resultado das contas públicas não é satisfatório e não é de hoje. É um resultado frágil e volátil que se consolida já há três anos”, comenta Istvan.

Para Juliana, o endividamento dos estados é uma situação preocupante. “A dívida tem aumentado porque o que eles gastam não é só aquilo que eles precisam para manter a atividade econômica, mas também pagamentos de juros de dívidas antigas.”

### Contas Públicas

Governos têm superávit até maio, mas tendência é de uma reversão

Recuperação econômica e maior controle de gastos contribuíram para o resultado positivo dos estados e municípios; o endividamento, entretanto, teve alta e pode ocasionar déficit no futuro

Mônica Baptistella • São Paulo

Publicado em 02/07/18 às 05:00

As contas dos governos regionais mostraram resultados melhores nos primeiros cinco meses do ano (com superávit de R\$ 12,8 bilhões), ao contrário do governo central (déficit de 13,7 bilhões). Mas tendência para curto e médio prazos preocupa especialistas.

Segundo dados divulgados na última sexta-feira (29) pelo Banco Central, especificamente em maio, enquanto as finanças do BC, Tesouro Nacional e Previdência Social apresentaram saldo negativo de R\$ 11,1 bilhões, os estados registraram um superávit de R\$ 1,946 bilhão e os municípios tiveram resultado positivo de R\$ 283 milhões.

Para o professor da Faculdade Fipecafi, George Sales, a diferença entre os resultados do governo central e as administrações regionais se dá pela

arrecadação de impostos. “Podemos ver que o que o governo federal arrecada de tributos não está dando para pagar as contas do dia a dia. Os pagamentos para os governos regionais vêm, principalmente, por meio de arrecadação de impostos com mercadorias e produtos, mostrando-se, assim, mais efetivos do que os compulsórios sobre renda cobrados pelo governo federal. Além disso, os cortes de gastos têm sido mais efetivos nos estados e municípios do que no âmbito federal”, explica Sales ao DCI.

Segundo a professora de economia do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Juliana Inhasz, o resultado reflete ainda os efeitos da recuperação econômica do País. “Boa parte do superávit se deu por conta de um contingenciamento de gastos dos estados depois da PEC do teto dos gastos. O restante vem de uma recomposição de receitas muito tímida, mas que já começa a aparecer com esse delicado crescimento econômico”, comenta.

Além dos impostos, os estados ainda se beneficiaram do plano de recuperação fiscal. “O resultado positivo dos governos regionais é consequência de que alguns estados, apesar da crise, continuam tendo um bom desempenho financeiro, como São Paulo e Mato Grosso. Além do mais, eles não têm apenas recurso próprio do ICMS e arrecadação, mas também recebem transferências muito significativas da União”, avaliou o professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Istvan Kasznar.

Por outro lado, segundo o economista da Tendências Consultoria, Fabio Klein, apesar de observar os resultados positivos dos governos regionais desde o ano passado, a perspectiva é de queda para o segundo semestre de 2018.

“Os setores regionais fecharam o ano passado com um superávit de R\$ 7,5 bilhões, mas se olharmos o acumulado de janeiro a maio deste ano, veremos que o valor é inferior ao do mesmo período de 2017, o que está alinhado com a expectativa para o ano, que é de piora das contas públicas. Acreditamos, então, que os resultados tendem a apresentar déficit a partir do segundo semestre”, afirma.

A previsão do economista se dá, principalmente, porque os estados terão de enfrentar, nos próximos meses, problemas típicos de um ano eleitoral. “As eleições de outubro irão ocasionar um aumento de despesas e um ambiente fiscal difícil para as unidades do ponto de vista dos gastos, tudo isso somado a uma recuperação econômica ainda lenta”, explica.

Juntamente a isso, o cenário externo desfavorável terá impacto nas contas públicas, prejudicando ainda os investimentos no País. “O cenário internacional está criando pressão sobre a taxa de câmbio e a inflação, o que muda a perspectiva de crescimento e complica ainda mais a questão fiscal dos estados”, diz Juliana.

Contrapartida

Apesar do superávit apresentando em maio, a dívida líquida dos estados aumentou em quase todas as regiões do Brasil, com exceção da Norte. No Sudeste, por exemplo, a despesa corresponde a 114,3% da receita líquida da região.

Uma das razões foi a troca de repasse de recursos da União pelo endividamento com instituições financeiras, cujos juros são maiores.

“As arrecadações caíram e as contas não fecharam, então diversos estados correram aos bancos, ocasionando um endividamento bancário. O resultado das contas públicas não é satisfatório e não é de hoje. É um resultado frágil e volátil que se consolida já há três anos”, comenta Istvan.

Para Juliana, o endividamento dos estados é uma situação preocupante. “A dívida tem aumentado porque o que eles gastam não é só aquilo que eles precisam para manter a atividade econômica, mas também pagamentos de juros de dívidas antigas.”

“É uma situação preocupante, uma gestão de endividamento em que o resultado nominal dos próximos meses pode ser deficitário. Ao longo do tempo, isso poderá tornar a situação dos estados insustentável, não haverá poupança o suficiente para bancar os juros”, conclui.

Segundo os dados do Banco Central, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) subiu para 51,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em maio (0,7 ponto, na comparação com abril).

## **Calotes das empresas crescem 9,3%**

**DCI - 02/08/2018**

O volume de empresas que tiveram o CNPJ negativado em virtude do não-pagamento de contas cresceu 9,37% em maio, na comparação com igual mês do ano passado.

Trata-se do maior crescimento observado na série histórica desde setembro de 2016, quando a alta apurada havia sido de 9,61%. É o que informou o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), na última sexta-feira (29).

Na comparação com abril, sem ajuste sazonal, a alta da inadimplência das empresas foi de 0,73%.

Para o presidente da CNDL, José Cesar da Costa, a saída da recessão ainda não se reflete em melhoras inequívocas na gestão financeira das empresas.

“Apesar de a taxa Selic estar em seu piso histórico, os spreads bancários ainda são altos, o que inviabiliza um custo menor do crédito nas operações do dia a dia dos empresários. Além disso, o desemprego elevado desaquece as vendas, diminuindo a margem de lucro das empresas, assim como a perspectiva de investimentos”, explica o presidente, em nota.

Conforme o levantamento, a alta da inadimplência entre as empresas foi puxada principalmente pela região Sudeste, cujo crescimento foi de 16,54% na comparação entre maio de 2018 com o mesmo mês do ano passado. Em segundo lugar ficou a região Sul (4,92%), seguida do Centro-Oeste (3,80%), Nordeste (2,94%) e Norte (2,10%).

“Até o final do ano passado, vigorava uma lei no Estado de São Paulo que condicionada qualquer negativação de CNPJ ao envio de uma correspondência com aviso de recebimento. Como é um recurso mais custoso do que uma carta simples, algumas empresas deixaram de registrar casos de inadimplência. Quando a lei foi derrubada, os registros passaram a ser inseridos na lista de devedores de forma mais abrupta, causando um crescimento acentuado do indicador nesta região”, justifica a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

O crescimento da inadimplência em maio foi mais expressivo entre as empresas do ramo de serviços, cuja alta foi de 12,62%. O comércio (6,92%) aparece em segundo lugar, seguido das indústrias (5,78%). O único setor a apresentar queda é o ramo da agricultura, que apresentou um recuo de 4,02% em novas negativações.

## **Faturamento do setor industrial cai 16% em maio**

### **DCI - 02/08/2018**

O faturamento da indústria caiu 16,7% em maio na comparação com abril na série livre de influências sazonais. Foi a maior queda mensal do indicador, e o resultado reverteu os ganhos registrados desde outubro de 2016.

A informação é do Indicadores Industriais, divulgado nesta sexta-feira (29) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com o levantamento, a forte retração do faturamento foi provocada pela greve dos caminhoneiros nos últimos dias do mês passado. Segundo o economista da CNI, Marcelo Azevedo, a paralisação dos serviços de transporte no fim de maio agravou as dificuldades que a indústria encontra para se recuperar da crise. “Os resultados do primeiro trimestre ficaram aquém do esperado, pois a indústria enfrenta problemas com a baixa demanda, alta ociosidade, dificuldades de financiamento e incertezas econômicas que prejudicam a atividade industrial”, afirma Azevedo. Com isso, todos os indicadores registraram queda em maio. A utilização da capacidade instalada caiu para 75,9%, o menor percentual desde 2003, quando começou a série histórica.

Já o Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de junho também recuou, atingindo o menor nível desde janeiro, a 100,1 pontos. Porém, o resultado do 2º trimestre foi superior ao imediatamente anterior.

“A descontinuidade nos transportes rodoviários de cargas aumentou os estoques de produtos finais e reduziu os estoques de insumos, afetando

custos, produção, utilização da capacidade e confiança”, declarou, por meio de nota, a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV IBRE, Tabi Thuler Santos.

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria de transformação paulista caiu 10,2% na passagem de abril para maio, conforme indicador medido com ajuste sazonal pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

## **A panaceia da tributação dos lucros e dividendos**

### **O Estado de S. Paulo - 02/07/2018**

**Claudio Adilson Gonzalez**

Suponha que seja submetida à população a seguinte questão: “Você acha justo que os salários dos trabalhadores sejam tributados pelo Imposto de Renda (IR), enquanto os rendimentos com lucros ou dividendos distribuídos sejam isentos?”. É fácil anteciper o resultado. A grande maioria (talvez mais de 90%) julgaria esse procedimento injusto. Por isso é natural que, com poucas exceções, os pré-candidatos à Presidência da República proponham a volta da tributação, nas pessoas físicas, dos lucros distribuídos, isentos de imposto desde a Lei 9.249/95.

No entanto, a questão é mais complexa. O relevante, inclusive para o sócio ou acionista, é a tributação total do lucro, independentemente do fato de haver ou não isenção na pessoa física. Portanto, deve-se somar o Imposto de Renda (IRPJ), incluindo-se a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pago pela pessoa jurídica, com a tributação sobre os lucros distribuídos na pessoa física.

Assim, diferentemente da questão colocada na hipotética pesquisa mencionada no início, a pergunta relevante é se há ou não espaço para aumentar, de forma significativa, a tributação sobre os lucros das empresas no Brasil. Nossa análise se restringirá às empresas tributadas pelo lucro real, dado que as discussões sobre as facilidades concedidas aos contribuintes nos regimes de lucro presumido e no Simples, bem como aos incentivos para a chamada pejetização, são de outra natureza, não devendo ser confundidas com o debate de tributar ou não, na pessoa física, os lucros distribuídos.

Outra preliminar importante é que sou contra a dedutibilidade da base de cálculo do IR dos juros sobre o capital próprio (JSCP). Tal prática, polêmica do ponto de vista teórico, reduz de forma significativa as alíquotas efetivas do IRPJ e da CSLL das grandes empresas, com relevante custo fiscal. Estimo que a extinção dessa dedução poderia proporcionar aumento de arrecadação da ordem de R\$ 16 bilhões, cerca de 0,23% do PIB.

Sem contar com a dedutibilidade dos JSCP, a tributação dos lucros no Brasil é de 34% para as empresas em geral e de 44% para as instituições financeiras (esta última alíquota deverá cair para 39%, em 2019, com a redução, já

estabelecida em Lei, da CSLL de 20% para 15%). Assim, em média, a tributação dos lucros das empresas será de 35%, em 2019.

A alíquota média de tributação do lucro (pessoa jurídica + pessoa física) nos 34 países da OCDE é de 42%, já considerada a recente reforma tributária nos EUA. Se tomarmos essa média como limite, para que o Brasil não se distancie muito do padrão internacional, o espaço para aumento de impostos sobre o lucro é relativamente pequeno, ou seja, 7% a mais do que o praticado atualmente. Isso poderia gerar uma arrecadação adicional de cerca de R\$ 24 bilhões, bem menos do que os R\$ 52 bilhões estimados por Mauro Benevides, assessor de Ciro Gomes, na sua proposta de tributar os lucros distribuídos às pessoas físicas.

Mas mesmo a média da OCDE (42%) pode não ser um bom parâmetro para o Brasil, pois está inflada por alguns países desenvolvidos que praticam

A pergunta relevante é se há ou não espaço para aumentar a tributação sobre os lucros das empresas no Brasil

alíquotas muito elevadas, como, por exemplo, França (64,4%), Dinamarca (55,6%), Bélgica (51%) e Irlanda (57,1%). Talvez fosse melhor comparar com países cuja relação capital/produto seja mais próxima à do Brasil, como Turquia (34%), Grécia (33,4%), Hungria (32%) e República Checa (31,2%), entre outros.

Além disso, como argumentei em meu artigo anterior, a tributação de lucros e dividendos na pessoa física estimula muito a distribuição disfarçada de lucros, prática conhecida como fringes benefits, de difícil fiscalização.

Em resumo, o fim da isenção dos lucros e dividendos distribuídos parece mais uma panaceia do que uma proposta eficaz para reduzir o buraco fiscal brasileiro.

## **Trump arruína sua política comercial**

### **Valor Econômico - 02/07/2018**

**Simon Johnson**

O presidente dos EUA, Donald Trump, lançou recentemente uma crítica à Harley-Davidson, icônica fabricante americana de motocicletas. A causa de sua explosão verbal - acompanhada de ameaças de imposição de impostos "como nunca antes" à empresa - foi a notícia de que a Harley planeja investir em novas operações de manufatura fora dos Estados Unidos.

O raciocínio da empresa é claro e convincente. Trump ameaçou elevar as tarifas sobre importações provenientes da Europa e alguns desses impostos mais altos já estão em vigor. Os europeus, em resposta, estão impondo tarifas mais altas sobre as importações originadas dos EUA, por exemplo, motocicletas (bem como bourbon, suco de laranja e cartas de baralho). A

Harley-Davidson gostaria de evitar esses impostos extras europeus - e pode fazer isso localizando parte de sua produção em lugares não sujeitos a tarifas europeias tão altas.

A raiva de Trump é assim desfocada e injusta: ele pressionou a empresa. Mas seu comportamento na área do comércio pode rapidamente tornar-se contraproducente - por três razões.

A primeira é que assim funcionam guerras comerciais. Trump decidiu aumentar o nível de proteção que beneficia diversos setores nos EUA, como os do aço e do alumínio. Essas tarifas aumentam os custos para as empresas que usam metal como insumo. Por exemplo, o impacto sobre a Harley-Davidson é o de aumentar os custos em cerca de US\$ 20 milhões (ou mais de US\$ 2 mil por motocicleta). As tarifas de retaliação da União Europeia poderiam custar à empresa outros US\$ 45 milhões.

O tema que é a marca registrada de Trump é que, ajudando as empresas, ele ajudará todos os americanos. Quando as políticas governamentais reduzem a lucratividade - ou ameaçam a existência - de uma empresa, é razoável que as pessoas que administram essa empresa reajam. Tarifas mais altas fragmentam os mercados e limitam o comércio, precisamente porque as empresas querem reduzir os impostos que pagam - e distribuir suas operações internacionalmente. A HarleyDavidson está reagindo apenas como qualquer empresa responsável perante seus investidores.

Em segundo lugar, Trump mostrou suas cartas. A esta altura [de seu governo], deve estar claro para os líderes mundiais que ser gentil com Trump e lisonjeá-lo pode criar oportunidades para fotos na Casa Branca, mas isso não muda a política governamental. O governo Trump só tem a ver com realpolitik - significando, nesse caso, quem pode efetivamente levar vantagem.

Os países que Trump está tentando intimidar -- particularmente a China e a UE - têm poder aquisitivo substancial e são governados por pessoas experientes e duras. Agora eles veem claramente como chamar a atenção de Trump: focando suas tarifas retaliatórias em empresas elogiadas por Trump.

Trump aparentemente não está disposto a ouvir a razão, ou até mesmo empresas sensatas como a Harley-Davidson. Uma guerra, ou guerras, comerciais em larga escala, com um impacto negativo sobre a manufatura e a agricultura, parece cada vez mais provável

Evidentemente, é fácil identificar essas empresas - basta olhar as mensagens de Trump no Twitter e ver quem esteve na Casa Branca. Ou tomar como alvo empresas de pessoas que são conhecidas por sua proximidade em relação ao presidente, como Carl Icahn ou Wilbur Ross, o secretário de Comércio.

Essa pode parecer uma reação cínica e alguns anos atrás teria sido inaceitável. Mas Trump minou todas as normas vigentes no comércio internacional e que governam o relacionamento entre os líderes mundiais.



Mesmo em seu comportamento em relação a outros líderes dos países industrializados do G-7, ele conseguiu desconcertar e ofender. Cada mensagem no Twitter permite que estrategistas em capitais estrangeiras concentrem-se mais claramente no que exatamente chamará a atenção do presidente dos EUA.

E no caso de Trump, não é preciso muito tempo para ver se os botões apropriados foram pressionados. Sua conta no Twitter proporciona feedback instantâneo. E quanto mais ele reclama, mais incentiva medidas retaliatórias cirúrgicas.

Em terceiro lugar, Trump tem uma grande vulnerabilidade em suas incipientes guerras comerciais: a agricultura americana. Não apenas o setor é um grande exportador (US\$ 133 bilhões em alimentos, rações e bebidas em 2017) como também muitas áreas rurais são redutos de apoio a Trump e aos republicanos em geral. Durante a negociação da Parceria Trans-Pacífico - que reduziria as tarifas e barreiras não tarifárias impostas às exportações agrícolas dos EUA para os países participantes - os membros republicanos do Congresso representantes de tais distritos estavam entre os mais fortes defensores do livre comércio (inclusive em uma reunião da Comissão de Finanças Públicas da Câmara dos EUA em que depus).

A estratégia inteligente para os países-alvo de Trump inclui impor tarifas às exportações de produtos agrícolas e alimentos dos EUA. Os principais parceiros comerciais dos EUA podem não querer fazer isso de uma só vez; às vezes, as ameaças são igualmente inquietantes - e, portanto, tão eficazes quanto um elemento de barganha. Mas, tendo em vista a predileção de Trump por assumir riscos até as últimas consequências e por confrontos, é razoável esperar uma escalada maior, como acontece com as tarifas da China sobre a soja, carne suína e vinhos dos EUA.

A boa notícia é que ninguém, exceto Trump, quer uma guerra comercial - portanto, essas tarifas poderão ser reduzidas de maneira fácil e rápida. A má notícia é que Trump parece totalmente convencido de que uma guerra comercial seria boa para os EUA (e presumivelmente para ele, politicamente). Trump aparentemente não está disposto a ouvir a razão - ou até mesmo empresas sensatas como a Harley-Davidson. Uma guerra, ou guerras, comerciais em larga escala, com um impacto negativo significativo sobre a manufatura e a agricultura americana, parece cada vez mais provável.

## **O conhecido (desconhecido) gás de cozinha** **O Globo - 02/07/2018**

### **Adriano Pires**

No Brasil, em todos os anos eleitorais, três assuntos são debatidos de forma recorrente: a privatização da Petrobras, o preço da gasolina e do diesel, e o do gás de cozinha. Este ano não poderia ser diferente, e a greve dos caminhoneiros acabou por antecipar as discussões. O debate é sempre

populista, girando em torno da tese de que esses combustíveis são caros no Brasil, e o gás de cozinha, em particular, devido ao seu caráter social, é vítima de uma série de mitos em torno do seu uso e do seu preço.

Um primeiro mito quanto ao uso é afirmar que o preço do gás de cozinha tem levado a um maior consumo de lenha. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o maior índice de aumento do consumo de lenha não foi em famílias de baixa renda. A pesquisa mostra que o total de famílias que usam GLP não diminuiu. Ou seja, tudo indica que a lenha e o carvão estejam sendo usados de forma auxiliar, em algumas residências.

Um segundo mito é que o preço do gás de cozinha é determinado no mercado interno pela Petrobras, quando, na verdade, o preço do gás de cozinha, que é usado por quase 99% das famílias brasileiras, segue a tendência do mercado internacional, como a gasolina e o diesel. Outro mito é que gás de cozinha é caro no Brasil. Um botijão de 13 quilos dura em média 45 dias nos lares brasileiros, ou seja, mesmo depois dos aumentos recentes, custa menos de 1 real e 50 centavos por dia no orçamento familiar. Esse custo diário é o mais baixo de todos os insumos energéticos domésticos.

Se pensarmos, e é justo e verdadeiro, que o gás de cozinha poderia ser considerado um produto de primeira necessidade, a sua carga tributária é incompatível com os produtos da cesta básica. Em 2004, o governo federal reduziu a zero as alíquotas do PIS/Cofins que incidiam sobre o arroz e o feijão. Recentemente, foi anunciada a isenção do ICMS sobre o pão francês e a farinha de trigo, no estado de São Paulo. O mesmo tratamento poderia ser estendido ao gás de cozinha. É ilusão achar que o consumidor final tem que ser protegido por preços subsidiados e artificiais, porque esses preços, no final do dia, acabam sendo bancados pela sociedade. Grande parte do subsídio ao gás de cozinha acabou beneficiando milhões de famílias de faixas de renda mais altas. A ideia de beneficiar os mais pobres através de preços controlados é falha, e representa um custo pago por toda a sociedade, inclusive pelos mais pobres. É importante que o governo tenha ferramentas de incentivo destinadas a quem mais precisa. Mas, também, é importante que o preço flutue, como acontece com os outros produtos à venda no mercado.

O que garante preço justo é a livre concorrência e, dessa forma, a flutuação de preços representa a realidade em qualquer mercado competitivo. No caso de preços controlados, os reajustes não seguem uma lógica de mercado, e isso cria nas pessoas uma expectativa irreal. Cada vez que os preços têm que ser corrigidos para ficarem mais próximos da realidade, o impacto dos aumentos provoca profunda insatisfação no consumidor e discursos populistas.

Durante os governos do PT, a grande diferenciação entre o preço do gás de cozinha e o preço do gás granel fornecido à indústria tirou competitividade deste último. Não é à toa que, no mercado internacional, 39% do GLP são usados nas indústrias, e, no Brasil, apenas 13%. Com distorções assim, é simplesmente impossível que algum investidor se interesse em avaliar a sua

entrada no mercado nacional de refino ou na importação de GLP. Perde a sociedade e perde o Brasil.

É ilusão achar que o consumidor final tem de ser protegido por preços subsidiados. Eles recairão sobre toda a sociedade

## **‘Temos professores do século XX e alunos do século XXI’**

**O Globo - 02/07/2018**

**João Paulo Saconi**

“Desde pequeno, meu sonho sempre foi ser professor. Não foi a vontade dos meus pais, devido à instabilidade da profissão. Mas eles acabaram me apoiando mesmo assim. Hoje, dou aulas de Física e Química a alunos dos ensinos fundamental e médio em Lisboa.” Conte algo que não sei.

É possível fugir da dinâmica tradicional das salas de aula. Na escola particular em que trabalho, em Lisboa, implantamos o método da “sala de aula do futuro”, que conheci em Bruxelas. Trata-se de um espaço sem mesas nem cadeiras fixas, em que os alunos circulam por um mobiliário móvel e atravessam seis zonas diferentes, cada uma responsável por um momento do aprendizado, separadas fisicamente por cores diferentes. Além disso, utilizamos tablets e outros equipamentos eletrônicos para realizar as atividades.

### **Que zonas do conhecimento seriam essas?**

A do desenvolvimento, em que o estudante exerce uma atividade sozinho, como uma pesquisa ou o preenchimento de um questionário. A da partilha, em que eles executam trabalhos em duplas ou grupos. A da apresentação, em que expõem o que aprenderam. A da investigação, em que desenvolvem conhecimentos na prática, por meio de atividades em laboratórios. A da interação, em que utilizam as plataformas digitais para aprender. E a da criação, em que eles desenvolvem um produto final para arrematar os assuntos estudados. Os alunos podem trabalhar em zonas e espaços diferentes ao mesmo tempo, ou ainda estudar assuntos diversos. Isso seria muito difícil em uma sala de aula tradicional.

### **Qual foi o principal desafio encontrado na implantação deste método?**

Sair da nossa zona de conforto. Nós precisamos mudar bastante a metodologia que costumávamos aplicar nas aulas e, além disso, modificamos completamente a nossa dinâmica de aulas. Mas foi um esforço válido, que acabou motivando mais os nossos alunos, principalmente aqueles que foram retidos anteriormente ou que tinham algum problema de aprendizado.

## **Há uma mudança no papel do professor?**

O professor perde a centralidade. Ele não deixa de ser professor, mas exerce o papel de um orientador que leva os alunos a atingir os objetivos. Quando se está habituado a uma prática por determinado número de anos, ter que mudar tudo dá muito trabalho. A resistência ao processo é o que mais atrapalha. Mas é preciso: temos escolas do século XIX, professores do século XX e alunos do século XXI.

## **Como é a realidade dos professores em Portugal? O senhor falou que os seus pais reprovavam a instabilidade da profissão.**

Os professores do serviço público sofrem porque podem lecionar em uma escola durante um ano todo e, no ano seguinte, acabarem transferidos para outra unidade, a mais de 200 quilômetros de distância. Optei por ensinar em uma escola particular, para não estar sujeito a isso. É o resultado de um concurso de reclassificação que o governo faz anualmente e que, de alguma forma, acaba sendo bastante injusto. A progressão de carreira também é uma questão crucial e não tem acontecido nos últimos anos, o que cria uma distorção: há professores ganhando menos do que deveriam.

## **A remuneração é considerada satisfatória pela classe?**

Não. Há momentos de melhor ou pior valorização, mas ainda estamos longe daquilo que consideramos necessário. Sem a progressão no sistema público, o cenário fica bastante injusto. Ainda vale a pena ensinar, mesmo com essa questão somada à instabilidade. Mas são problemas que quem ingressa no sistema público precisa encarar.

## **Tragédia e comédia na vida de desempregado**

DCI - 02/07/2018

### **Plano de voo/Liliana Lavoratti**

O desemprego é uma tragédia para a maioria dos 13,2 milhões de trabalhadores brasileiros que vive de seus salários. Infelizmente, essa situação, que vem se agravando nos últimos anos, é bem conhecida no País. Mas é possível cruzar essa tragédia com comédia? Para o ator Pedro Cardoso, essa união não é só possível, como pertinente no monólogo “O Autofalante”, em que assina o texto, atua há quase trinta anos, aqui e em Portugal, e divide a direção com Amir Haddad. Com drama e humor, a peça, que estreou em São Paulo na quinta (28), conta “como um desempregado fica exilado do mundo, vai para dentro de si mesmo e acaba enlouquecendo”.

Para além da economia...

“Nunca estudei economia, mas conheço o drama humano que vi pessoas próximas viverem, e eu mesmo experimentei no início de minha carreira na TV,

esperando renovação de contratos. Senti uma profunda angústia ao ficar três ou quatro meses sem salário, uma sensação de desamparo. A vida de assalariado é organizada mensalmente, um desempregado entra em inadimplência rapidamente. Mostro na peça como alguém nessa condição é exilado do mundo – primeiro, do consumo, depois dos amigos e até de familiares”, diz Cardoso à Plano de Voo.

...o drama humano

Após enfatizar que fala com “amadorismo” sobre o desemprego, o ator afirma ter consciência de que a redução dos postos de trabalho é estrutural da economia capitalista. “É o que desemprego que regula o valor do trabalho, se não houver trabalhadores sem emprego, não tem capital, o trabalho valeria tanto quanto o capital. E a questão que se coloca para mim é: por que o capital é dono do negócio e não o trabalho, sendo que não existe produção sem trabalho? São duas forças dependentes, que, em utopia, têm pesos iguais”, comenta Cardoso.

Brasil, piada pronta

Crítico do governo Michel Temer (MDB) – “o momento pelo qual o Brasil passa é ilegítimo”, alfineta –, o ator ressalta que, apesar do avanço do desemprego, da estagnação da economia e do aprofundamento da desigualdade social no País, “inúmeras extraordinárias piadas nos ocorrem a todo momento sobre essa tragédia”. “Vivemos simultaneamente a parte séria e a parte cômica. Isso também acontece no teatro. Não me esforço em separar a tragédia da comédia. No momento em que as duas se reúnem em equilíbrio, produzem uma enorme beleza”, argumenta.

Longe da ‘indústria de celebridades’

Cardoso afirma dar “boas gargalhadas” ao ler “Édipo Rei”, escrita por Sófocles 427 anos Antes de Cristo. “Há algo de cômico no ato de um sujeito matar o pai para casar com a mãe, no mais improvável que pode ser inevitável”. E acrescenta: “Tanto comédia quanto tragédia tem como elemento comum o drama, o movimento dos acontecimentos”. Para o ator, que vive em Portugal e é avesso à “indústria das celebridades”, quando o artista força a divulgação de seu trabalho, afasta o público da verdade das obras. Por isso, ele prefere uma troca direta, entre ator e plateia.

## **Prazo para acordo Mercosul-UE é agosto, diz ministro** **DCI - 02/08/2018**

As negociações entre Mercosul e União Europeia estão avançadas e um acordo está prestes a acontecer, disse na sexta-feira (29) o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, alertando que o prazo limite para um pacto em agosto. Ele ressaltou que no começo de julho haverá mais rodadas técnicas entre representantes dos dois blocos para avançar mais em pontos que ainda não foram totalmente concluídos. Ele citou

como exemplos discussões geográficas, definição do critério de origem dos produtos, transporte marítimo das mercadorias que serão transacionadas pelas partes e indústria automotiva. “Meu deadline é até agosto”, disse Lima.